

Ampliar emprego e economia no Brasil

Planalto: compras do governo serão feitas no mercado nacional

Rovena Rosa - ABr



Revogada a entrega das compras governamentais a estrangeiros, armada por Paulo Guedes na OMC

Em seguimento à recente fala de Lula de que não vai ceder as compras governamentais para os europeus nas negociações sobre uma difícil aproximação Mercosul/União Europeia, o governo brasileiro decidiu revogar uma proposta neste sentido feita à OMC em 2020 pelo então ministro Paulo Guedes. Lula argumentou que a entrada de estrangeiros em licitações públicas no Brasil "limitaria o espaço para preservar políticas públicas e tornaria o país mais vulnerável". Os países membros da OMC serão formalmente informados da decisão. Lula alertou para o problema numa reunião na Fiesp: "tratem de ficar atentos. Estamos próximos de começar a conversar com a União Europeia sobre o acordo com o Mercosul. É importante vocês saberem que uma das coisas mais importantes que eles querem de nós é que a gente ceda as compras governamentais. Mas não vamos ceder porque a gente vai matar a possibilidade do crescimento da pequena e média empresa brasileira". **Pág. 3**

Reprodução



Inadimplência entre idosos é ainda maior

Página 2

Telegram recua e acata ordem de Moraes para nomear advogados

Leonardo Severo - HP



"Reconstrução Nacional e o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento" foi o tema do terceiro debate realizado em S. Paulo, do Seminário "100+50: Desafios do Governo Lula", organizado por 15 entidades

Declínio de antigas potências abre oportunidades ao Brasil

O encontro discutiu o papel do Estado na construção de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Coordenado pelo professor Nilson Araújo de Souza, presidente

do Sindicato dos Escritores de São Paulo, o debate aconteceu na sexta-feira (26) no Sindicato dos Engenheiros de São Paulo. Além de Nilson Araújo, participaram como palestrantes

Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida; Alexandre Navarro, vice-presidente da Fundação João Mangabeira; e Allen Habert, diretor de Articulação

Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários (CNTU). O debate foi mediado por Paulo Massoca, coordenador do Engenharia pela Democracia. **P. 2**

O aplicativo de mensagens Telegram obedeceu imediatamente a ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e indicou quatro advogados de São Paulo como seus representantes no Brasil. Ela vinha protelando a indicação de um representante legal, e com isso dificultando o necessário contato judicial com a empresa. Preciso Moraes dar um prazo de 24 horas para que o aplicativo indicasse seus representantes, caso contrário seria suspenso e multado. **P. 3**

UMES defende o Fundeb fora do arcabouço

O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, Lucca Gidra, criticou a decisão de manter o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na nova regra do arcabouço fiscal. "A educação não pode ser restringida por nenhum teto que seja", disse. **Pág. 4**

Jeffrey Sachs revela como os EUA provocaram guerra na Ucrânia

Foram duas provocações: a decisão dos EUA de 2008 de expandir a OTAN na Ucrânia e o golpe violento de 2014 que derrubou o presidente Yanukovich, coordenado pela equipe Biden-Nuland-Sullivan, sublinha o economista norte-americano. **Pág. 7**

Adilson: "Juro alto não atende demanda para reconstruir país"

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, defendeu a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento para atender às necessidades do povo e reconstruir o Brasil, devastado durante os anos de governo Bolsonaro. A afirmação foi feita no primeiro dia do "Seminário 100+50: Desafios do Governo Lula", na quarta-feira (24), no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. **Pág. 5**

Alemanha entra em recessão, após se dobrar às sanções dos EUA

As sanções à Rússia cumpriram a missão de jogar a economia alemã no buraco, coisa que nem a pandemia havia conseguido. A produção industrial alemã em março caiu 3,4%. **Pág. 6**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Petrobrás recorre sobre pesquisa na Margem Equatorial

Pág. 2

Seminário “100+50: Desafios do Governo Lula” conclui: Declínio de velhas potências abre grandes oportunidades ao Brasil



Nilson Araújo de Souza, coordenador do Seminário, Maria Lúcia Fattorelli, Allen Habert, Paulo Massoca e Alexandre Navarro



Josué Gomes, presidente da Fiesp: “esse nível de juros precisa ser colocado no espelho retrovisor da história” Dia da Indústria é marcado por críticas aos juros altos do BC e defesa de investimentos públicos

Em comemoração ao Dia da Indústria, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizou um evento nesta quinta-feira, 25 de maio, com a presença do presidente do BNDES, Aloysio Mercadante, quando foram debatidos os rumos para a reindustrialização do país, o papel do banco de fomento e as elevadas taxas de juros que inibem os investimentos produtivos.

Josué Gomes da Silva, presidente da Fiesp, destacou que o Brasil e o mundo tem passado por momentos em que a democracia tem sido questionada e pelo crescimento de governo autoritários. Segundo ele, esse crescimento “se dá pelo desalento das populações que é grande no mundo ocidental, especialmente por essas 2,3,4 décadas de neoliberalismo”, que levaram à desindustrialização do país.

Para Josué, “nós só teremos um país, com todas as características que todos nós defendemos, democrático, inclusivo, crescendo, com menos desigualdades, com o espreitamento de suas riquezas por toda a população, se nós recuperamos a indústria de transformação”.

Segundo ele, com a pandemia e o conflito entre a Rússia e Ucrânia, “hoje, os Estados Unidos e a Europa brigam para ver quem vai se reindustrializar mais

rápido”.

O dirigente da Fiesp destacou o período em que “a indústria nacional entre 1940 e 1980 avançou o desenvolvimento nacional fazendo com que o Brasil crescesse a taxas mais elevadas de crescimento do mundo. Taxas médias compostas anuais superiores a 7%, que nos catapultou e catapultou a nossa economia, colocando-nos entre as dez maiores economias do mundo”. “O Brasil não pode ficar parado e para trás no processo de reindustrialização, apenas aplaudindo”, afirmou Josué.

“São importantes políticas industriais, políticas de desenvolvimento, mas nenhuma política de desenvolvimento, vai conseguir superar a macroeconomia”, destacou, apontando fatores como a reforma tributária, o câmbio e a taxa de juros.

Segundo ele, “esse regime de juros reais que vem sendo praticado no Brasil, com taxas excessivamente elevadas há décadas, é enormemente concentrador de renda”.

“A taxa de juros, que está alta demais, atualmente, em 8% acima da inflação, tem inibido o crescimento do país e definido a indústria de transformação”, afirmou. “Esse nível de juros precisa ser colocado no espelho retrovisor da nossa história”.

MERCADANTE: NÃO SEREMOS UMA NAÇÃO DESENVOLVIDA SEM INDÚSTRIA

Aloysio Mercadante destacou, em sua intervenção, o processo de industrialização do Brasil e defendeu o papel do BNDES como indutor do desenvolvimento.

“O governo Getúlio, nos anos 30, depois da crise de 29, foi um governo industrializante: CSN, a Vale, BNDES, na época BNDE, a Petrobrás. Juscelino Kubitschek, o plano de metas estava todo voltado para alavancar a indústria, a indústria automotiva, a indústria naval, a indústria pesada de bens de capital. O II PND, no regime militar, era um projeto industrializante de peso, a indústria química, a indústria pesada, projetos estruturantes da coprivatização, invés de ação pública e liberalização do comércio como fim em si mesmo e por trás de toda essa política e suposição fundamental é que o mercado sempre aloca de forma produtiva e eficiente não importa quão grande os nossos desafios é uma jabuticaba”, afirmou.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/dia-da-industria-e-marcado-por-criticas-aos-juros-altos-e-defesa-de-investimentos-publicos/>

Evento, que reuniu economistas, engenheiros e dirigentes de entidades e do governo Lula, debateu o papel do Estado na construção de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento e apontou os obstáculos a serem superados para que o Brasil volte a crescer

“Reconstrução Nacional e o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento” foi o tema do terceiro e último debate do Seminário 100+50: Desafios do Governo Lula. O encontro, coordenado pelo professor Nilson Araújo de Souza, presidente do Sindicato dos Escritores de São Paulo, aconteceu na noite de sexta-feira (26) no Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo.

Além do economista Nilson Araújo, participaram da Mesa III do Seminário como palestrantes Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida; Alexandre Navarro, vice-presidente da Fundação João Mangabeira; e Allen Habert, engenheiro e Diretor de Articulação Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários (CNTU). O debate foi mediado por Paulo Massoca, coordenador do Engenharia pela Democracia.

Os debatedores apresentaram uma síntese de propostas para a reconstrução do país e do que deve ser o centro do projeto nacional de desenvolvimento do governo Lula: colocar o Estado no centro das transformações sociais e como força motora do crescimento.

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, iniciou o debate listando os eixos de investimento em infraestrutura propostos pelo governo e questionando de onde virão os recursos em uma conjuntura de um país endividado, praticando juros altos e com uma política fiscal de austeridade – se referindo ao novo arcabouço fiscal.

FATTORELLI: DÍVIDA NÃO É FEITA PARA INVESTIMENTOS

Segundo ela, a dívida pública que seria “um instrumento para que o Estado obtivesse recursos, deveriam ser destinados a investimentos de interesse da sociedade”. No entanto, funciona no Brasil “como um sistema que tem alimentado continuamente os juros mais elevados do mundo, que incidem sobre vários mecanismos financeiros – que criam mais dívida”.

“O resultado é esse, no ano passado 46,3% do orçamento federal foram para pagamento de juros e amortizações. O gasto com juros e os mecanismos que geram dívida ficaram fora do arcabouço, podendo crescer à vontade”, denunciou.

“O novo arcabouço fiscal está funcionando como uma trava para investimentos no país. Ele é um programa de austeridade fiscal”, disse Maria Lúcia. “O arcabouço está no sentido inverso do que precisamos. A gente precisava de um enfrentamento do sistema da dívida, uma dívida que não está servindo para investimentos”, acrescentou Fattorelli.

Fattorelli detalhou que, para priorizar o pagamento da dívida, o arcabouço manteve o teto de gastos com uma possibilidade de crescimento real mínimo. “Para chegar nesses 2,5% de crescimento das despesas tem que cumprir a meta de resultado primário e tem que ter crescimento de arrecadação tributária”.

Ela lembrou que diante da situação grave que o país se encontra, até o mercado financeiro, no boletim Focus do Banco Central, esperava resultado primário negativo nos próximos quatro anos. “Mas o Fernando Haddad [ministro da Fazenda] se comprometeu a zerar o resultado negativo ano que vem e depois fazer superávit. Para isso, vai ter que arrochar os investimentos”. O superávit primário são os recursos que o Estado economiza, ou seja, reserva, para pagamento de juros da dívida. A coordenadora do movimento reforça que esta “economia”, no entanto, não segura o crescimento da dívida.

“Porque o superávit achata um gasto que não tem nada a ver com o crescimento da dívida, o superávit arrocha as despesas primárias, isso inclui saúde, educação e toda a máquina pública”. A pesquisadora explicou que a cada 1% de aumento da Selic, segundo a planilha do próprio Banco Central (BC), há um aumento no gasto com juros de R\$ 40,1 bilhões. “Se o Banco Central aumentou a Selic de 2% para quase 14%, nós estamos falando de um gasto de cerca de R\$ 470 bilhões, quase meio bilhão de reais só com essa alta da Selic”.

Fattorelli afirmou que o Banco Central tenta para a população quando sustenta que precisa manter os juros altos para controlar a inflação. “A inflação no Brasil ela vem de preços administrados, de aumento do preço de combustível, aumento de preço de alimentos. Subir juros faz baixar o preço da gasolina, faz baixar

o preço da comida?”, questionou.

“Só serve subir os juros para controlar aquele tipo de inflação [de demanda] quando a sociedade toda está com muito dinheiro em mãos, o volume de moeda e circulação está altíssimo e todo mundo está com muita propensão a consumir. Tem alguma coisa parecida com essa acontecendo aqui no Brasil? Nosso povo está passando fome, não tem dinheiro nem para comprar comida, os carros estão aí acumulados nos pátios das montadoras, que estão dando férias coletivas, demitindo”.

NILSON: AVANÇAR A ECONOMIA E DERROTAR O FASCISMO

O economista Nilson Araújo, também diretor da Fundação Maurício Grabois e titular da Cátedra Claudio Campos, iniciou sua fala dizendo que principal questão em disputa nas eleições no ano passado era a questão democrática, e que por isso mesmo ensinou a formação de uma ampla frente, que possibilitou a vitória nas urnas – e que a questão democrática continua sendo ainda hoje a principal questão.

“E sigo dizendo isso para os dias de hoje, a questão democrática continua no centro. Mas o aspecto principal da questão democrática está no âmbito da economia. Se o governo Lula conseguir cumprir sua tarefa principal, que é a reconstrução nacional e a deflagração do processo de desenvolvimento, nós vamos derrotar o fascismo; caso não cumpra, poderá ensinar o retorno ao centro do poder”.

“O desafio geral é reconstrução nacional. Nesse âmbito, o primeiro desafio é manter a frente ampla que garanta a realização dessa reconstrução, combinada com a deflagração do desenvolvimento. Só tem uma forma de garantir a unidade da frente: é o país voltar a crescer e gerar empregos. Isso neutraliza os mais conservadores e une o povo”, avalia o professor.

Segundo ele, outro dos grandes desafios do governo é enfrentar a desigualdade social, que faz com que 33 milhões de pessoas passem fome no país que é o maior exportador de alimentos do mundo.

“Lula enfrenta a desigualdade com o Bolsa Família, que é importante, mas a desigualdade se expressa pelo poder de compra e pelo salário. O salário-mínimo segundo o Dieese, segundo o que está na Constituição, deveria ser R\$ 6.676,11 e é R\$ 1.320, não chega a 25% do que é necessário”.

“Além disso, combater a pobreza extrema tem que fortalecer o mercado interno. E para isso precisa de produção. Reindustrializando o país, com novas fábricas, tecnologia moderna. Novas bases tecnológicas. Amplo programa de infraestrutura de base. Construir metrô à vontade, resolver o problema do saneamento, construir estrada de ferro. Gera produção e gera emprego. O trabalho tem que estar no centro da dinâmica econômica”, propõe Nilson.

Para isso ser possível, afirma o professor, é preciso reforçar o papel do estado na economia.

“O Estado é fundamental no processo de desenvolvimento. Durante a crise, o empresário não investe, fica na retranca, coloca na especulação. Quem tem condição de investir é o Estado e puxa os demais”.

Nilson chamou a atenção para o fato de que o mundo vive uma crise grave. O que caracteriza este momento é o declínio dos EUA e a ascensão da China. Esta situação, em que as velhas potências que dominam e exploram os países da periferia estão em crise, abre grandes perspectivas para o Brasil. “Isso já aconteceu em outros momentos históricos em que as grandes potências entraram em crise, como foi da década de 1930. Getúlio soube aproveitar a situação, tirou o Brasil da lógica da crise e deu um grande salto à frente”, lembrou.

Leia a matéria na íntegra sobre a III Mesa do Seminário no site do HP: <https://horadopovo.com.br/declinio-de-velhas-potencias-abre-grandes-oportunidades-ao-brasil-conclui-seminario/>

A cobertura das mesas I e II do Seminário, que ocorreram nos dias 24 e 25, também podem ser vistas no HP:

Mesa I: <https://horadopovo.com.br/urgencia-de-investimentos-publicos-e-juros-dominam-o-1-dia-de-debates-sobre-o-brasil/>
Mesa II: <https://horadopovo.com.br/arcabouco-devia-incluir-gastos-com-juros-e-excluir-investimentos-dizem-economistas/>

PRISCILA CASALE E ANTÔNIO ROSA



Margem Equatorial: Petrobrás recorre e decide provar que exploração é segura

Em comunicado, divulgado, nesta quarta-feira (24), a direção da Petrobrás informou que irá protocolar, ainda nesta semana, o pedido para que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) reconsidere sua decisão de indeferimento do licenciamento ambiental para perfuração, pela estatal, de um poço de petróleo que fica a mais de 500 km da foz do rio Amazonas e a 2.800 metros de profundidade.

Segundo a estatal, a informação foi confirmada após reunião na Casa Civil com representantes dos ministérios de Meio Ambiente (MMA) e Minas e Energia (MME) e do Ibama, “quando foram tratadas as ações necessárias para atender aos questionamentos do órgão ambiental”.

Na nota, a direção da petroleira afirmou que “cumprir todas as exigências técnicas demandadas pelo Ibama para o projeto” exploratório no bloco FZA-M-059, localizado em águas profundas do Amapá. Também observou que “a estrutura de resposta à emergência proposta pela companhia é a maior do país. Ainda assim, a Petrobrás se prontifica a atender demandas adicionais porventura remanescentes”.

O bloco FZA-M-059 fica na chamada Margem Equatorial, situada no litoral entre os estados do Amapá e Rio Grande do Norte. O bloco foi adquirido pela Petrobrás na 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em maio de 2013. A direção da estatal lembrou no comunicado que “o processo de outorga dos blocos ofertados foi subsidiado por pareceres do GT PEG- Grupo de Trabalho que contou com Ibama, ICMBIO e MMA, e considerou que o bloco FZA-M-59 estava apto a ser ofertado e licenciado, o que leva a concluir que os desafios sinalizados eram todos tecnicamente superáveis”.

Segundo a direção da estatal, o indeferimento para a perfuração do poço FZA-M-59 “pode resultar em litígio e aplicação de multas, além de comprometer a avaliação do potencial da região, bem como a segurança energética e a própria transição energética justa e segura do país”.

A Petrobrás também informou que, no pedido ao Ibama, haverá o compromisso de ampliar a base de estabilização de fauna no município de Oiapoque, no estado do Amapá, e prevê sua atuação em conjunto com o Centro de Reabilitação e Despetrolização de Fauna (CRD) que a empresa mantém em Belém.

“Desse modo, na remota possibilidade de ocorrência de um acidente com vazamento, o atendimento à fauna poderá ser realizado nas duas localidades. A distância entre o Centro de Belém e o local da perfuração foi um dos temas de atenção destacados pelo órgão ambiental na sua avaliação do pleito de licenciamento”, informou a petroleira, que se colocou à disposição para receber e atender todas as novas solicitações do Ibama.

“Reconhecida por sua capacidade técnica e pelo rigor na segurança de suas operações, nunca tendo registrado vazamento de óleo em operações de perfuração, a Petrobrás se compromete a adotar as melhores práticas nas atividades de exploração e produção na Margem Equatorial brasileira, num modelo de vanguarda tecnológica que supera todos os projetos já realizados pela empresa, alinhadas com as novas diretrizes da companhia, com foco nas pessoas e prioridade para a sustentabilidade”, diz a nota.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/petrobras-decide-provar-que-exploracao-na-margem-equatorial-e-segura/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Rosinei Coutinho/STF

Ministro Moraes enquadra Telegram que indica seus representantes no Brasil

O aplicativo de mensagens Telegram obedeceu imediatamente a ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e indicou quatro advogados de São Paulo como seus representantes no Brasil.

No final da tarde, Moraes deu prazo de 24 horas para que o aplicativo indicasse seus representantes no Brasil.

Caso a empresa não cumprisse a ordem, Moraes determinou que os serviços do Telegram fossem suspensos pelo prazo inicial de 48 horas, e a empresa também poderia ter que pagar multa diária de R\$ 500 mil.

Os advogados listados pelo Telegram são Marcel Leonardi, Fernanda Símplicio Maia, Guilherme Viana e Guilherme Nunes Lima.

A decisão de Moraes aconteceu no âmbito do inquérito aberto no tribunal que investiga os diretores e responsáveis do aplicativo e do Google por campanha "abusiva contra o projeto de Lei das Fake News".

O antigo advogado do Telegram, Alan Campos Elias Thomaz, do escritório Campos Thomaz e Meirelles Advogados, contou à Polícia Federal que abandonou a defesa do Telegram no dia 14 de maio.

"Determino que se intime a empresa Telegram para que, no prazo de 24 horas, (...) proceda à indicação, em juízo, de representação oficial no Brasil (pessoa física ou jurídica), sob pena de suspensão do funcionamento dos serviços do Telegram no Brasil, pelo prazo inicial de 48 horas", disse Alexandre de Moraes na decisão.

O Telegram e o Google estão sendo investigados no inquérito 4.933 pela campanha ilegal contra o Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20).

O aplicativo de mensagens notificou todos os seus usuários no Brasil com uma mensagem repleta de mentiras sobre o PL que tramita na Câmara. Na mensagem, o Telegram disse que o projeto concedia "poderes de censura ao governo" e criava "um sistema de vigilância permanente" contra a liberdade de expressão nas redes sociais.

Em 10 de maio, o ministro determinou ao Telegram a exclusão da mensagem enviada aos usuários contra o projeto. Dias antes, o Google foi obrigado pelo governo a marcar como publicidade um material publicado pelo site que criticava o projeto.

O projeto de Lei das Fake News já foi aprovado no Senado e é discutido na Câmara dos Deputados há mais de três anos. No fim de 2021, um grupo de trabalho montado na Câmara para tratar do tema aprovou uma versão anterior do texto.

Os deputados já aprovaram, por 238 votos a 192, o pedido de urgência da matéria, o que permite que o texto seja votado diretamente no plenário, sem passar por comissões.

No fim de abril, o deputado Orlando Silva, relator da proposta, apresentou seu parecer sobre a matéria. Mas em seguida pediu para ser retirado da pauta para aprofundar as discussões em torno do projeto e definir pontos pendentes, como a questão do órgão fiscalizador.

O que diz o relatório de Orlando: **a) obriga que provedores sejam representados por pessoa jurídica no Brasil;**

b) criminaliza a divulgação de conteúdos falsos por meio de contas automatizadas, as chamadas contas-robô;

c) responsabiliza os provedores pelos conteúdos de terceiros cuja distribuição tenha sido impulsionada por pagamento;

d) determina que as plataformas digitais mantenham regras transparentes de moderação;

e) determina a retirada imediata de conteúdos que violem direitos de crianças e adolescentes;

f) estabelece remuneração pelo conteúdo jornalístico utilizado por provedores;

g) estabelece imunidade parlamentar às redes sociais;

g) deixa claro que a liberdade de expressão é direito fundamental dos usuários dos provedores e que as proibições presentes não lei não podem restringir: o livre desenvolvimento da personalidade individual; a livre expressão; e a manifestação artística, intelectual, de conteúdo satírico, religioso, político, ficcional, literário ou qualquer outra forma de manifestação cultural.

Lula revoga compras do governo a estrangeiros



Reprodução

Presidente disse que não cederá as compras governamentais a europeus

Jair é condenado na segunda instância da Justiça de SP por ataques a jornalistas

Jair Bolsonaro foi condenado em segunda instância pela Justiça de São Paulo a pagar R\$ 50 mil de indenização por ataques contra jornalistas e à imprensa quando era presidente.

A ação foi movida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo (SJSP), que apontou a responsabilidade de Jair Bolsonaro no crescimento da violência contra a categoria.

Na condenação em primeira instância, Bolsonaro teria que pagar R\$ 100 mil, mas o valor foi diminuído pela metade na nova condenação. O dinheiro será destinado ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo argumentou que Jair Bolsonaro, "em pronunciamentos públicos ou em suas redes sociais", atacou a imprensa e os jornalistas "de forma hostil, desrespeitosa e humilhante, com a utilização de violência verbal, palavras de baixo calão, expressões pejorativas, homofóbicas, xenofóbicas e misogínicas".

Esse tipo de agressão

Fascista Roberto Jefferson zomba dos agentes da PF que ele jogou granadas: "eu até ri"

O amigo de Jair Bolsonaro e ex-deputado Roberto Jefferson admitiu que deu 60 tiros e jogou duas granadas com parafusos acoplados nos agentes da Polícia Federal que foram prendê-lo, em outubro de 2022, mas alega que não era para matá-los.

Jefferson estava em prisão domiciliar depois de atacar e ameaçar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Em outubro, depois de descumprir diversas regras da prisão domiciliar, o bolsonarista se recusou a ser levado pelos agentes da PF.

Ele prestou depoimento à PF nesta sexta-feira (26) por tentativa de homicídio, resistência qualificada e posse ilegal de arma e explosivos.

Quando viu os agentes, "peguei a carabina que fica do lado da minha cama e a bolsa com os três artefatos [granadas].

Ex-prefeito do Rio é cassado por abuso no escândalo dos "guardiões do Crivella"

A Justiça Eleitoral determinou a cassação do mandato do deputado federal bolsonarista Marcelo Crivella (República- RJ), ex-prefeito do Rio de Janeiro. Ele também foi multado em R\$ 433.290, e ficará inelegível por oito anos a partir das eleições de 2020, municipais. Crivella é acusado de montar um esquema para

não representa "liberdade de expressão", mas, sim, "assédio moral coletivo contra toda a categoria de jornalistas, atentando contra a própria liberdade de imprensa e a democracia".

Jair Bolsonaro já xingou diversas vezes jornalistas de "idiota" e "canalha", os acusou de fazer perseguição política e interrompeu entrevistas quando a pergunta o desagradava.

No debate eleitoral, em 2022, Bolsonaro falou que a jornalista Vera Magalhães "dorme pensando em mim" e tem "uma paixão por mim", além de ser "uma vergonha para o jornalismo brasileiro", por ter feito uma pergunta sobre a postura negacionista de Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19.

Foi durante a pandemia que os ataques de Jair à imprensa se intensificaram, mostrou um levantamento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Em 2020, Bolsonaro atacou jornalistas 175 vezes.

"Desde que chegou à Presidência, o Recorrente [Jair Bolsonaro]

é o principal agente de ataques verbais e virtuais à jornalistas", afirmou o advogado Raphael Maia, coordenador jurídico do SJSP.

A juíza Tamara Hochgreb Matos, responsável pela condenação em primeira instância, em julho de 2022, ressaltou que "tais agressões e ameaças vindas do réu, que é nada menos do que o Chefe do Estado, encontram enorme repercussão em seus apoiadores, e contribuíram para os ataques virtuais e até mesmo físicos que passaram a sofrer jornalistas em todo o Brasil, constringendo-os no exercício da liberdade de imprensa, que é um dos pilares da democracia".

Um dos casos mais recentes foi no dia 8 de janeiro, quando houve a invasão do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional.

Os apoiadores de Jair Bolsonaro agrediram e roubaram equipamentos dos jornalistas. Uma repórter do site Metrôpolis chegou a ser derrubada e espancada por 10 homens.

falou apenas que "infelizmente fragmento de arma machuca".

O caso aconteceu no dia 25 de outubro de 2022, na cidade de Levy Gasparian (RJ), antes do segundo turno das eleições presidenciais. Roberto Jefferson usou seu partido, o PTB, para ajudar Bolsonaro nos debates com o falso candidato "padre" Kelmon.

Jair Bolsonaro enviou seu ministro da Justiça, Anderson Torres, para atuar no caso. Torres está preso por ter participado da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro.

Quatro dias depois do ataque de Roberto Jefferson, 29 de outubro, um dia antes do segundo turno, outra aliada de Jair Bolsonaro, a deputada Carla Zambelli (PL-SP), perseguiu um homem negro nas ruas de São Paulo após uma discussão política.

Questionado sobre as granadas, Roberto Jefferson falou que as comprou em 2005 e que instalou os pregos para aumentar o dano causado. Mesmo assim, insistiu que não queria matar ninguém.

"Nunca na minha vida dei um tapa em ninguém", dissimulou o amigo de Bolsonaro.

Os agentes saíram feridos do ataque. Jefferson

e conduta vedada a agente público em campanhas eleitorais, monitorando e impedindo que profissionais da imprensa falassem com cidadãos sobre o sistema público de saúde da capital fluminense.

Marcelo Crivella usou servidores batizados de "Guardiões do Crivella", que foram identificados pela acusação, em desvio de função.

Mamata foi armada por Guedes e Bolsonaro

Em seguimento à recente fala de Lula de que não vai ceder as compras governamentais para os europeus nas negociações sobre uma difícil aproximação Mercosul/União Europeia, o governo brasileiro decidiu revogar uma proposta neste sentido feita à OMC em 2020 pelo então ministro da Economia Paulo Guedes.

Lula argumentou que a entrada de estrangeiros em licitações públicas no Brasil "limitaria o espaço para preservar políticas públicas e tornaria o país mais vulnerável, comparado a ganhos incertos". Os países membros da OMC serão formalmente informados nesta semana da decisão brasileira. O presidente alertou para o problema numa reunião na Fiesp (federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

"Tratem de ficar atentos. Estamos próximos de começar a conversar com a União Europeia sobre o acordo com o Mercosul. É importante vocês saberem que uma das coisas mais importantes que eles querem de nós é que a gente ceda às compras governamentais. Mas não vamos ceder porque a gente vai matar a possibilidade do crescimento da pequena e média empresa brasileira", declarou Lula a uma plateia de empresários na Fiesp.

Sem o menor compromisso com as empresas brasileiras, o governo Bolsonaro abriu as compras governamentais aos europeus sem exigir nada em troca. Estrangeiros poderiam participar, como se fossem brasileiros, como fornecedores em compras públicas no Brasil.

Estados Unidos enviam emissário ao Brasil para tentar torpedear a cooperação mútua com a China

Desembarcou no Brasil esta semana o secretário-adjunto para Assuntos do Hemisfério Ocidental do governo norte-americano, o embaixador Brian A. Nichols. O funcionário da Casa Branca veio a Brasília a mando do presidente do EUA, Joe Biden com uma missão inglória: criar problemas na cooperação Brasil/China.

Assim que chegou ao país, ele afirmou, em entrevista ao Estadão, que os negócios de infraestrutura fechados pela China ao redor do mundo e sobretudo na América Latina são "enganosos".

Disse que os projetos oferecidos por Pequim ao Brasil são uma forma de "favorecer sua economia e influenciar a geopolítica". "Não trazem benefícios de longo prazo aos países parceiros e muitas vezes envolvem corrupção", afirmou. Não apresentou nenhuma prova do que dizia contra o principal parceiro comercial do Brasil.

Desde 2009, a China já é o principal parceiro comercial do Brasil, com um superávit a favor do Brasil de US\$ 23,3 bilhões. Além disso, recentemente foram acertadas grandes parcerias entre os dois países em diversas áreas de interesse do Brasil, durante a viagem de Lula a Pequim. Sem muita coisa a oferecer em contrapartida a tudo isso, o enviado de Biden só fez atacar o país asiático.

"A qualidade dos projetos construídos tem sido abaixo do padrão em muitos casos. Enquanto os custos reais não foram revelados, os custos foram inflados e, muitas vezes, nesses projetos, muito francamente, vimos corrupção ao redor deles", disse Brian A. Nichols.

O secretário americano mostrou uma boa dose de despeito em relação à China. "Após cinco anos, os projetos de investimento da China não trazem nenhum benefício para o PIB dos países", disse o enviado de Biden, acrescentando que "eles [os chineses] geralmente fornecem um aumento de curto prazo, mas - isso foi medido academicamente - após cinco anos, não há nenhum benefício".

"Precisamos que os países entendam exatamente o que estão ganhando quando fazem esses negócios com a China", reclamou ele. "Estou incrivelmente otimista de que os Estados Unidos e o Brasil tenham um grande futuro econômico juntos e que promoverão bons empregos, alto crescimento e uma economia limpa para o futuro", argumentou, mais

Como disse Lula, isso representaria a morte das pequenas e médias empresas brasileiras.

Não satisfeito com o estrago na economia brasileira, o governo Bolsonaro ainda ampliou a proposta no final de 2020. A Organização Mundial do Comércio recebeu no final de 2020 uma ampliação da proposta do governo brasileiro. A ideia era ter órgãos e entidades da administração pública comprometidos a realizar contratações de bens, serviços e obras com a participação de fornecedores dos países integrantes do chamado GPA (Acordo sobre Compras Governamentais).

Os governos dos países desenvolvidos pressionaram ainda mais e o Brasil aumentou a oferta para 11 Estados. Na última oferta em junho do ano passado o país dobrou a concessão para 20 Estados mais o Distrito Federal (incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, de especial interesse dos parceiros), e aumentou de 50 para 100 o número de 'outras entidades públicas' também prontas a aceitar a participação externa em licitações.

Quando ao argumento dos que defendem que o Brasil entregue para os europeus as suas compras governamentais de que o governo Lula pode ser acusado de esvaziar uma futura participação no chamado acordo anticorrupção na OMC, o governo considera isso uma 'balela'. O próprio Lula lembrou a maneira fervorosa com que os franceses defendem seus produtos agrícolas nessas negociações, sem que isso traga problemas aos franceses.

uma vez, sem apresentar nenhum projeto ou proposta de parcerias de interesse do Brasil.

A missão de Brian A. Nichols na América Latina é clara: falar mal da China e tentar aumentar a influência americana na região, mas sem apresentar nada de concreto para o bem do Brasil. "Precisamos oferecer soluções de implantação rápida, realistas e acessíveis para os desafios que os países enfrentam", disse ele. Apesar dessas palavras, nenhuma proposta foi feita. Em declínio econômico, os EUA, atualmente, só pensam em como correr atrás da China para tentar reduzir o seu atraso e declínio econômico.

"Quando viajo e converso com líderes estrangeiros eles costumam dizer que não querem procurar a China, mas precisam de opções", prosseguiu Brian, afirmando que "estamos trabalhando para garantir que os EUA estão dando aos países opções de como atender às suas necessidades". Realmente, ele disse a verdade. "Estamos trabalhando, mas..." Ou seja, nada de concreto.

Sem levar e conta que a empresa americana de automóveis Ford acaba de fechar sua fábrica no Brasil, Brian A. Nichols disse que as empresas americanas estão "muito interessadas em fazer negócios no país". "O setor privado dos Estados Unidos no Brasil representa 1/3 do valor do setor privado neste País e nossas empresas estão ansiosas para continuar em parceria com o Brasil", disse ele.

Mas, nos últimos tempos, as empresas americanas que ainda estão instaladas no Brasil, ao contrário do que diz o funcionário da Casa Branca, têm investido muito pouco. Seguem, na verdade, enviado muitos recursos para as suas matrizes. Vivem mais especulando com títulos e papéis do governo ou comprando ativos já prontos.

Ele insistiu que todo esse parasitismo é "para construir uma economia forte, investir e ajudar o Brasil a desenvolver uma economia de geração de empregos e integrar melhor a economia global, sendo um grande parceiro nas Américas". "Estou incrivelmente otimista de que os Estados Unidos e o Brasil tenham um grande futuro econômico juntos, que promoverão bons empregos, alto crescimento e uma economia limpa para o futuro", disse o representante do governo dos EUA.

UMES defende a retirada do fundo da Educação Básica do arcabouço fiscal

“A educação não pode ser restringida por nenhum teto que seja”, disse o presidente da entidade estudantil durante o seminário “100+50 - Desafios do governo Lula”

Em sua intervenção no Seminário “100+50: Os desafios do governo Lula”, o presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, Lucca Gidra, criticou a decisão de manter o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na nova regra do arcabouço fiscal. “A educação não pode ser restringida por nenhum teto que seja”, disse o líder estudantil.

“Para reconstruir o Brasil, a gente precisa de investimentos. É a educação é um exemplo de área fundamental para o desenvolvimento do nosso país”. Lucca deu como exemplo de direção contrária ao caminho do desenvolvimento o fato de o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) ter entrado na nova regra do arcabouço fiscal, de acordo com o texto aprovado pelo plenário da Câmara na terça-feira (23).

“Sem limitar o Fundeb já faltava recursos para educação, agora colocando numa camisa de força vai ser pior ainda”, ressaltou.

O presidente da UMES relembra que houve, no último período, uma redução do orçamento federal da Educação, caindo de 3,7%, em 2016, para 2,7% em 2022. “Isso não é só um número. São sonhos ceifados, são pessoas evadidas da escola, perdendo esperança e o sonho de ingressar na universidade”, disse Lucca.

“Enquanto isso, o orçamento da dívida pública e os recursos dos juros só aumentam. A gente gasta mais de 40% do Orçamento para dívida e para juros. Enquanto a educação e saúde disputam 1/10 do brigadeiro caseiro”.

“Queremos que o Fundeb fique fora do arcabouço. Com ele já faltavam recursos. Limitando, a coisa vai ser pior ainda”, ressaltou. Lucca ressaltou que os estudantes tiveram uma participação fundamental na vitória de Lula contra Bolsonaro.

“O governo Lula tem um carinho muito grande pelo setor da

educação e os estudantes e professores foram fundamentais para eleição do Lula. Os estudantes fizeram uma grande campanha de alistamento eleitoral, que ampliou o número de eleitores em cerca de 2 milhões, a mesma vantagem que garantiu a vitória de Lula nas eleições”, lembrou.

“A educação não pode ser restringida por nenhum teto que seja”, completa Lucca.

RECURSOS AMEAÇADOS

De acordo com nota técnica produzida pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados na última semana, submeter o Fundeb à nova regra pode afetar o nível dos recursos para merenda, transporte e livros didáticos no Brasil.

A Frente Parlamentar Mista da Educação apresentou números que mostram que o Fundeb, ao fazer parte do arcabouço, poderá comprimir outras fontes de despesas do governo federal – já em 2024, esse volume não previsto e acima do teto seria de 3 bilhões de reais. Os recursos necessários para o Fundeb, segundo essas contas, têm crescido acima de 2,5% ao ano, que é o limite máximo de aumento das despesas de um ano para o outro no arcabouço.

A nota da Consultoria da Câmara afirma ainda que a inclusão da complementação da União ao Fundeb dentro as despesas submetidas ao limite de gastos representará “restrição fiscal”, atualmente inexistente. “[Isso] dificultará o alcance do padrão mínimo de qualidade na educação básica, bem como o atingimento das metas previstas no plano nacional de educação”, diz o texto, que ressaltou, ainda, que as regras do fundo já garantem que não haja aumento de gastos imprevistos em períodos de dificuldades ou recessão.

“O Fundeb já se autorregula: se cair a arrecadação, automaticamente diminui o valor a complementação da União ao Fundeb na mesma proporção”, aponta a nota técnica.

Presidente da CPI contra o MST recebeu doações de condenado por trabalho escravo no RS

O deputado Tenente-coronel Zucco (Republicanos-RS), responsável pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), recebeu doação de um condenado por trabalho escravo no Rio Grande do Sul. As informações são do portal “De olho nos Ruralistas”.

Zucco recebeu doação do fazendeiro Bruno Pires Xavier, condenado por manter 23 trabalhadores em condições degradantes em Mato Grosso; ele é apoiado pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que minimizou trabalho escravo em vínculos e quer punições mais brandas para trabalho infantil.

Seus principais financiadores, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o fazendeiro Bruno Pires Xavier doou R\$ 10 mil para a campanha do militar.

A família Xavier, proprietária do Frigorífico Quatro Marcos, enfrenta várias acusações de crimes ambientais e trabalhistas. Durante cinco operações do Ministério Público do Trabalho (MPT), um total de 324 trabalhadores foram resgatados de condições semelhantes à escravidão em propriedades rurais do grupo.

Em 2017, o MPT flagrou 23 trabalhadores em condições análogas à escravidão na fazenda Santa Laura Vicuña/Fazendas Reunidas, no município Nova Santa Helena, a 600 km de Cuiabá. Tratava-se de uma reincidência.

Fundado pelo paranaense Sebastião Bueno Xavier, o Grupo Quatro Marcos fez parte da “lista suja” do trabalho escravo outras duas vezes, após o resgate de trabalhadores em outra unidade da empresa, na Fazenda Santa Luzia, em Nova Bandeirante (MT). Na relação, foram incluídos os nomes de Rosana Sorge Xavier e Sebastião Douglas Sorge Xavier, filhos de Bueno, como era conhecido.

Após seu falecimento, em março de 2016, Bueno Xavier foi homenageado pelo então senador Blairo Maggi que, durante seu período como governador, chegou a participar da inauguração de uma das plantas do grupo.

No ano seguinte à última atuação trabalhista, uma ação civil pública pediu a condenação de sete parentes e sócios do Grupo Quatro Marcos ao pagamento de

indenização de R\$ 100 milhões por danos morais coletivos, entre eles, Bruno Pires Xavier, financiador de Luciano Zucco em 2018.

O processo atingia outras três empresas da família: a Agropecuária Princesa do Aripuanã Ltda, a SSB-Administração e Participações Ltda e a BX Empreendimentos e Participações. Pela reincidência do crime, o MPT pediu que a fazenda e os imóveis do clá Xavier fossem expropriados sem qualquer indenização aos donos e sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Em 2018, o grupo foi condenado pela Justiça do Trabalho a pagar uma indenização de R\$ 6 milhões por danos morais coletivos. O pedido de expropriação para fins de reforma agrária foi enviado à Advocacia Geral da União (AGU) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social, que seria extinto no ano seguinte por Bolsonaro, travando o processo.

Em 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-23) reformou a sentença, descaracterizando a classificação como trabalho análogo à escravidão, o que elimina a chance de expropriação, reduzindo a indenização para R\$ 160 mil, além de limitar a responsabilização pelas irregularidades à empresa Santa Laura Vicuña Fazendas Reunidas Ltda. Cabe recurso ao MPT.

O desrespeito se estende também ao ambiente: em 2008, Rosana foi apontada, em ranking do Ministério do Meio Ambiente (MMA), como a segunda pessoa física que mais desmatou no país, com mais de 9 mil hectares de floresta derrubadas, o equivalente a metade da área urbana de Cuiabá. No ano passado, a família voltou a figurar em relatórios de desmatamento, desta vez através da Brusqui Agropecuária, segundo dados da Aidenvironment.

Zucco, apesar de desconhecido na política nacional, foi escolhido para liderar a CPI do MST. Eleito em 2022 com o apoio do movimento Proarmas, um grupo armamentista, na mesma chapa do ex-vice-presidente e atual senador Hamilton Mourão, do mesmo partido. O militar gaúcho entrou para a política em 2018, conquistando um assento no legislativo estadual.



Lucca Gidra repudiou inclusão do Fundeb no novo teto: “camisa de força”



Medicamentos foram defendidos como ‘tratamento precoce’ por bolsonaristas

Negacionistas são condenados a pagar R\$ 55 milhões por danos à saúde pelo “kit covid”

Grupo intitulado “Médicos pela Vida” e farmacêutica Vitamedic, que lucrou R\$ 1,3 bilhão durante a pandemia, estão entre condenados

O juiz Gabriel Menna Barreto von Gehlen, da 5ª Vara Federal Cível do Rio Grande do Sul (JFRS), condenou uma associação de médicos e duas farmacêuticas a pagarem um total de R\$ 55 milhões em indenização por terem publicado em jornais um texto em defesa do kit covid, conjunto de medicamentos que supostamente serviriam como tratamento precoce contra covid-19.

Os condenados foram o Grupo José Alves (GJA Participações), a Vitamedic Farmacêutica, fabricante de medicamentos do kit covid, e a Associação Dignidade Médica de Pernambuco, que assina um texto chamado Manifesto pela Vida, publicado em jornais de grande circulação em fevereiro de 2021, durante a pandemia de covid-19.

No texto, a associação defende a prescrição de um coquetel de remédios – entre eles, a ivermectina, cloroquina, hidroxicloroquina – como meio de prevenir a contaminação por covid-19, numa espécie de tratamento precoce, que evitaria o desenvolvimento da doença.

Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, contudo, o diretor da Vitamedic assumiu em depoimento que foi a empresa, e não a associação, que custeou a publicação do manifesto em jornais de grande circulação, no valor de R\$ 717 mil.

A farmacêutica Vitamedic faz parte do Grupo José Alves e é uma das principais produtoras de ivermectina do País e faturou R\$ 470 milhões em 2020 com a venda do medicamento. Em 2019, foram R\$ 15,7 milhões.

Relatórios encaminhados à CPI mostraram também que a venda de ivermectina pelo laboratório saltou de 24,6 milhões de comprimidos em 2019 para 297,5 milhões



No auge da pandemia, Bolsonaro oferecia cloroquina até para uma ema que residia no Palácio do Planalto

em 2020, o que representa crescimento de aproximadamente 1.105%.

O Grupo José Alves tem origem em Minas Gerais, mas seu fundador era goiano. Atualmente, é um dos maiores conglomerados empresariais de Goiás e detém companhias ligadas a diferentes segmentos, como ensino, bebidas, locação de veículos e mercado imobiliário. Dados divulgados no site da instituição apontam que em 2020 o grupo superou o faturamento anual de R\$ 1,3 bilhão. O atual proprietário é José Alves Filho.

Para além da ineficácia de tais medicamentos no tratamento contra covid-19, depois comprovada por estudos científicos, e da ameaça à saúde pública de quem defendeu o kit covid, o juiz concluiu, o processo após a CPI, que houve no caso propaganda velada e irregular de medicamentos, em violação às regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Citando o relatório final da CPI da Pandemia, o magistrado escreveu que “a publicidade promovida pela associação ré – em conluio com fabricante de ivermectina – incidiu em grave ilicitude sanitária”. Em outro trecho, o juiz afirmou que, “configurada a interposição de pessoas ilícita, fica evidenciado

que o ‘manifesto pela vida’ foi mecanismo ilícito de propaganda de laboratório fabricante de medicamento, servindo a ré do triste papel de laranja para fins escusos e violadores de valor fundamental, a proteção da saúde pública”.

Ele justificou o valor da indenização por danos morais coletivos afirmando que “o bem tutelado é o mais fundamental da Constituição, porque [é] pressuposto para o gozo de todos os demais: a vida e a saúde”. O magistrado acrescentou que “a só e pura publicidade ilícita de medicamentos, pelos riscos do seu uso irracional, já representa abalo na saúde pública e sua essencialidade impõe a devida reparação”.

Na época, a Anvisa insistiu que o Manifesto pela Vida não feria as regras da agência que disciplinam a propaganda de medicamentos. Por esse motivo, o Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul (MPF-RS) pedia também que a agência fosse condenada a publicar um alerta à população sobre os riscos do kit covid. O juiz, contudo, negou o pedido, considerando que a situação sanitária mudou e que tal reatuação resultaria apenas em nova propaganda dos medicamentos.



Protesto convocado pelo ex-governador Roberto Requião e por movimentos sociais foi realizado na Boca Maldita

Manifestantes protestam contra a privatização da Copel no centro de Curitiba

Na última quarta-feira (24) ocorreu uma manifestação contra a Privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel), organizada por organizações políticas, movimentos sociais e sindicatos. O objetivo da manifestação que reuniu centenas de pessoas na Boca Maldita, centro de Curitiba, foi de conscientizar a população sobre os impactos do processo de privatização da estatal.

A manifestação realizada pelo Fórum Popular em Defesa da Copel em parceria com a Frente Parlamentar das Estatais e Empresas Públicas da Assembleia Legislativa (Alep) contou com falas de líderes sindicais e também dos deputados presentes que denunciaram os ataques do Governo de Ratinho Júnior (PSD) a este importante patrimônio público e estratégico para o estado do Paraná.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), Leandro Grassmann, funcionário da Copel, levantou, em sua fala, a questão da precarização dos serviços da Companhia, causada pelo foco da empresa em ter um “mindset privado”.

“Se a gente quer aqui no Paraná uma qualidade de serviço pior do que a gente já tem, o caminho é vender a Copel”, declarou, ressaltando que o lucro exorbitante dos acionistas vem aos custos das condições de trabalho: “hoje, a Copel está sobrecarregando os empregados. E quem é terceirizado da Copel está trabalhando em condições subumanas”.

Já o deputado Arilson Chiorato (PT), coordenador da Frente Parlamentar das Estatais e Empresas Públicas, acusou o atual governador Ratinho Jr de estelionato eleitoral. O governador se elegeu com a promessa de manter o controle do governo do Estado sobre a Copel.

O deputado também criticou a gestão da Companhia, defendendo que os lucros que hoje são distribuídos aos acionistas deveriam ser reinvestidos no estado do Paraná. Requião Filho chamou Ratinho Júnior de “menino que brinca de governador”, condenando as tentativas do atual governo de privatização de bens públicos.

A deputada Ana Júlia Ribeiro (PT), criticou Ratinho Junior e sua promessa de campanha quebrada, chamando a venda da Copel de roubo para o Paraná: “nós precisamos defender a Copel para defender a soberania do nosso Estado”, completou a deputada.

O deputado Requião Filho (PT), que ressaltou a importância de manter a tarifa acessível, evitando o aumento abusivo nas contas de luz. Sua mensagem foi clara e objetiva: “Estou aqui para lutar contra tarifas exorbitantes e o roubo em nossas contas de energia.”

O ex-governador do Paraná, Roberto Requião, também participou do evento, resgatando o histórico de tentativas de venda da Copel ao longo dos anos e a mobilização popular em torno da empresa: “que o Paraná acorde e tenha coragem de impedir essa patifaria”, concluiu Requião, que utilizou sua fala para também criticar a gestão da Companhia.

Requião ressaltou ainda que, embora o presidente Lula (PT) tenha denunciado esse descaso, o decreto de Bolsonaro, emitido em 26 de dezembro de 2022, ainda está em vigor. O ex-governador fez um apelo a Lula para que revogue esse decreto, pois a venda da Copel é parte do projeto de Bolsonaro. Ele destacou a importância estratégica da empresa para a economia paranaense e para as futuras gerações.

Ao final do ato político, os manifestantes soltaram centenas de balões laranja, cor símbolo da Copel. A expectativa é que ações semelhantes aconteçam nas próximas semanas, em Curitiba e em cidades do interior do estado, na medida em que o calendário de privatização da empresa avança.

A resistência à privatização da Copel vai além das fronteiras do Paraná. Também estão em jogo a Cemig em Minas Gerais e a Celesac em Santa Catarina. Os manifestantes estão focados em pressionar Lula para evitar que essas empresas sejam entregues ao setor privado, pois reconhecem a eficiência e a lucratividade da Copel, como afirmou pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

CTB: Juro e austeridade não atendem à demanda de reconstrução do país



Governo e centrais debatem valorização da negociação coletiva em grupo de trabalho

O Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de proposta de reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva, criado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego em abril, realizou a sua primeira reunião na terça-feira (23), em Brasília. O grupo é composto por 36 membros, com representantes dos trabalhadores, do governo e dos empregadores.

Entre os representantes das centrais sindicais, o presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Adilson Araújo, destacou a importância da instalação do GT para o restabelecimento do “diálogo entre o governo, empregadores e trabalhadores”.

Segundo ele, a instalação do grupo “é marco importante que resgata o diálogo das relações de trabalho”, e ressaltou “o novo ciclo que se inaugurou com a eleição do presidente Lula” que “reclama atenção para um projeto nacional de desenvolvimento assentado na valorização do trabalho”.

Para Adilson, estabelecer esse equilíbrio tripartite é mais do que necessário, mas ressalta que “isso só será possível com a revisão de pontos que segue impondo dificuldades para a negociação coletiva, a exemplo do fim da ultratividade, assim como o pleno direito do custeio material das entidades sindicais”.

“A reforma trabalhista de Michel Temer e a adoção de infinitas alterações patrocinadas pelo governo Bolsonaro promoveram profundas alterações na legislação trabalhista, ocasionando o desmantelamento da CLT bem como a desfiguração do direito constitucional do trabalho. Seguimos confiantes que precisamos urgentemente corrigir o grave desequilíbrio entre o capital e o trabalho trazido pela Lei 13.467, de 2017, da reforma trabalhista”, ressaltou o sindicalista.



Servidores municipais de São Paulo conquistam reajuste salarial e aprovam acordo em assembleia

Após mobilização e protestos, os servidores públicos municipais de São Paulo conquistaram avanços na negociação com a Prefeitura e aprovaram a proposta de reajuste salarial, que passou de 3% para 5%. As entidades aprovaram o acordo em assembleia unificada nesta terça-feira (23), apontando que seguirão com a pressão pela recomposição salarial dos funcionários da educação.

“Não estamos satisfeitos, mas aprovamos nesta assembleia em favor de não rejeitar o que conquistamos e continuar lutando por valorização, por melhores condições de trabalho, escola saudável e no dia primeiro estaremos de volta em manifestação, com paralisação, em assembleia aqui no Viaduto do Chá”, disse Cláudio Fonseca.

A Prefeitura havia proposto um modelo de remuneração por subsídio, sem considerar evolução de carreira, retrocedendo nos direitos dos profissionais da área cuja evolução é baseada no tempo de trabalho, com crescimento salarial. A Prefeitura apenas anteciparia uma porcentagem dos valores que viriam durante os anos

Cláudio Fonseca, pre-

sidente do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem) ex-vereador e ex-deputado estadual, reforçou que além de os servidores conseguirem arrancar o aumento salarial, o reajuste linear de 5% para ativos e aposentados, ainda fizeram o governo municipal recuar da proposta de subsídios para a recomposição salarial dos profissionais da educação.

“Sobre a saúde de servidor, haverá reforço de todas as ações já existentes e potencializadas nas Diretorias Regionais de Ensino (DREs), com a criação de um Centro de Orientação e Proteção à Saúde Mental que poderá ser realizado com o apoio do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) e de outras parcerias. As entidades serão convidadas para discussão com o Comitê de Proteção Escolar, instituído pelo Decreto nº 62.312/2023.

Uma nova manifestação e assembleia está convocada para o dia 01/06, às 14h, em frente à Prefeitura.

de prática da profissão para carreiras que estão nas fases iniciais. “O subsídio implicaria perder quinquênio, sexta-parce, evolução e promoção de carreira e o governo recuou, decidindo não encaminhar o projeto”, explicou Cláudio Fonseca.

Os servidores conquistaram ainda a antecipação de 50% do pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE), que deve ocorrer até 30 de junho de 2023. O pagamento integral estava previsto para abril de 2024.

Fazendo um balanço das últimas décadas, Adilson ressaltou a importância de se re-

Para Adilson Araújo, presidente da CTB, “é preciso somar esforços com quem defende um projeto nacional de desenvolvimento”

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, defendeu a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento para atender às necessidades do povo e reconstruir o Brasil, devastado durante os anos de governo Bolsonaro. A afirmação foi feita durante o “Seminário 100+50: Desafios do Governo Lula”, promovido por 14 entidades e fundações partidárias na quarta-feira (24), no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo.

“Os ataques aos direitos dos trabalhadores, com a ‘reforma’ trabalhista de Michel Temer em 2017, a possibilidade de terceirização irrestrita e a retirada dos direitos previdenciários, com a ‘reforma’ previdenciária de Bolsonaro, levaram ao esfacelamento da nação”, afirmou Adilson.

“Essas medidas nos trouxeram a essa situação trágica, com 33 milhões de pessoas que não têm sequer um prato de comida e 116 milhões padecem de insegurança alimentar. E o que vai dizer o INESC [Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos]: no último ano de governo Bolsonaro, se alcançou um superávit primário de R\$ 54 bilhões, resultado alcançado às custas da morte pela covid-19, da fome, da pobreza e do desemprego. Esse é o retrato que espelha o tamanho da perversidade de um governo que a todo tempo tentou arar a terra para o neocolonialismo”, completou Adilson.

O presidente da CTB destacou que a pandemia agravou a tragédia que já era assistida antes da covid, quando 1% dos mais ricos detinham 28% de toda a riqueza do país. Passado o período da pandemia, esse 1% concentram hoje mais da metade da riqueza do país. Adilson ressaltou que esse é o resultado de uma política deliberada e que Bolsonaro nem mesmo se esforçou para esconder quais eram suas verdadeiras intenções. “Isso fica evidente no vídeo da fatídica reunião de 21 de abril de 2020: passar a boiada, tapinha nas costas, fim do concurso público, redução do investimento em saúde e na educação, um macarthismo doentio, perseguição, escola sem partido e por aí vai”, lembrou.

Fazendo um balanço das últimas décadas, Adilson ressaltou a importância de se re-

conhecer os limites do campo progressista durante o período em que esteve à frente do governo. “Nós estamos há quase quatro décadas na estagnação. É verdade que o próprio ciclo de mudanças do governo Lula deveria ter exigido muito mais do que a gente achou que era possível fazer. Principalmente pela análise do que foi possível com o nacional desenvolvimentismo que, entre 1930 e 1980, fez o país crescer a 7,5%. Evidente que, quando o Brasil chegou ao patamar de 6ª maior economia do mundo, tínhamos plenas condições de estabelecer um estado de bem-estar social, ficamos devendo”, avaliou.

JUROS ALTOS E AUSTERIDADE

Adilson ressaltou ainda que estamos pagando o preço da política de austeridade a todo custo e a opção por uma política econômica extremamente conservadora, que levou o país ao flagelo social. “Nós não conseguimos romper com esse movimento ilógico em que, enquanto o mundo reclamava pela redução da taxa de juros e aumento do crédito, o Brasil seguiu com uma política econômica completamente restritiva. Só no ano de 2020 mais de 500 empresas fecharam as portas”, disse Adilson.

VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Para o presidente da CTB, o país necessita de uma política que garanta a valorização do salário mínimo, e o arcabouço, que teve gosto de “calabouço”, não é suficiente para dar conta das demandas que o Brasil precisa resolver. “Nós vamos ter que travar uma disputa, porque é uma disputa. Parte da proposta de ‘reforma’ administrativa trazida no ‘calabouço’ gera muita inquietação. Podar concurso público e restringir o investimento público gera inquietação, e não há contradição em apoiar o governo e ter opinião crítica, uma opinião que convoque a sociedade a se manifestar”, disse.

“Nós temos que somar esforços com quem defende um projeto nacional de desenvolvimento, sobretudo centrado na valorização do trabalho, na geração de emprego e renda. Se nós queremos ter uma indústria competitiva, temos que dialogar com todos e não achar que vai ser suficiente continuar fazendo som dentro de casa”, completou Adilson.

Para servidores do judiciário, “arcabouço fiscal precariza o funcionalismo público”

Em encontro nacional realizado em Brasília, servidores públicos representados pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) e 24 sindicatos repudiaram o novo arcabouço fiscal aprovado pela Câmara na terça-feira (23).

O encontro aprovou um documento criticando o texto que, na prática, “mantém o teto de gastos e ameaça pautas dos serviços públicos e políticas sociais”.

O novo arcabouço fiscal enviado pelo governo ao Congresso sofreu alterações do relator Cláudio Cajado (PP-BA), “que agravam os efeitos da proposta original do governo federal com a inclusão de gatilhos e amarras. Entre os gatilhos, está a proibição a reajustes de servidores e concursos públicos em casos de descumprimento das metas”, diz a nota das entidades.

“Na prática, impede a reposição de perdas salariais acumuladas, a discussão de uma nova carreira que corrija distorções, bem como a contratação de novos servidores, precarizando o trabalho do funcionalismo e prejudicando a população”, afirmam os servidores.

As entidades reconhecem que “as medidas corretas tomadas pelo governo, como a retirada de empresas da lista de privatizações, o aumento real do salário mínimo, a correção da faixa de isenção do Imposto de Renda, a redução dos preços dos combustíveis, são positivas e devem ser aprofundadas”, mas que, contudo, “o projeto de novo regime fiscal vai noutro sentido”.

“A reconstrução dos serviços públicos não pode ter amarras e tampouco ficar presa à ‘sustentabilidade da dívida’, turbinada pela taxa de juros”, afirma a nota.

O documento critica ainda a inclusão no cálculo dos limites do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb), dos recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem, entre outras rubricas com grande impacto social.

Para o diretor da coordenação-geral da Fenajufe, Fabiano dos Santos, mesmo com o arcabouço fiscal aprovado, “será inevitável que as entidades sindicais sigam combatendo esta política, como se deu com a Emenda Constitucional 95, do teto de gastos hoje em vigor”.

Sindicato denuncia calúnia e racismo em “lista suja” de patroas contra empregadas domésticas em SP

A Repórter Brasil divulgou esta semana uma ampla reportagem sobre listas difamatórias, preconceituosas e com acusações sem comprovações expondo ex-empregadas domésticas, que dondocas de condomínios de luxo de São Paulo vêm publicando em grupos de WhatsApp e redes sociais. Segundo a reportagem, as chamadas “listas-sujas”, com avisos de “não contratem”, foram confirmadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que fez, na semana passada, uma ação de fiscalização em quatro condomínios de luxo na cidade, onde residem patroas identificadas repassando esses conteúdos.

Conforme a auditora do MTE, Lívia Ferreira dos Santos, que participou da operação, a prática é abrangente na cidade. Durante a fiscalização foram feitas seis autuações trabalhistas, por falta de registro em carteira de trabalho, ausência de controle de jornada e de recolhimento de FGTS e INSS.

Uma das mensagens citadas pela Repórter Brasil começava com a frase “NÃO CONTRATEM”. A reportagem, que teve acesso a dezenas de textos e áudios postados em grupos, afirma que, “além das babás, nomes de cuidadoras de idosos também aparecem nessas trocas de mensagens”. E cita algumas das difamações presentes nas mensagens, indicando por que as trabalhadoras não devem ser contratadas, como “problemas com ronco”, “comilona”, “gordinha”, “dupla personalidade” e “mentirosa”. A matéria também aponta “acusações de roubo e supostas passagens pela polícia – sem apresentação de prova alguma”.

Para uma das profissionais procuradas pela Repórter Brasil, cujo “perfil” aparece em uma das mensagens, as consequências foram devastadoras. Ela conta que saiu do último trabalho em dezembro e que, apesar de participar de muitas entrevistas de emprego, nunca ficou tanto tempo sem trabalho. “Todas as entrevistas que eu fazia, três, quatro por semana, eram bem produtivas, as patroas davam confiança, se comprometiam [com a

contratação] e diziam que gostavam do meu trabalho”, mas depois, silêncio, nenhuma resposta. “E foi assim em dezembro, janeiro, fevereiro... Eu nunca fiquei tanto tempo sem trabalho”, revelou.

Outra mensagem escrita por uma patroa, identificada pela reportagem, que começa com o “Não contratem”, diz: “ela tem graves problemas psicológicos, de depressão (...) e um problema grave com religião, mora com um pai de santo em um terreiro de macumba”.

“É importante coibir estas listas que são completamente ilegais e c. Muitas vezes trazem comentários sobre a vida pessoal das trabalhadoras, e há risco de fake news, porque as informações não são cheçadas, são apenas passadas para frente”, afirma a auditora do MTE, Lívia Ferreira.

Segundo o Sindicato das Empregadas Domésticas do Município de São Paulo, esse tipo de lista vai além da difamação. “Os principais alvos são aquelas trabalhadoras mais informadas, que conhecem seus direitos. Aquelas que informam às colegas: ‘olha, você tem direito a hora extra, adicional de viagem, adicional noturno’”, diz Zenilda Ruiz da Silva Silveiro, coordenadora jurídica da entidade.

“O que estas patroas estão fazendo é crime. É calúnia, injúria, racismo, danos morais, falsa imputação de crime...”, diz Zenilda, orientando as profissionais afetadas que procurem o sindicato para obter auxílio jurídico. “É preciso lembrar que essas mulheres não podem ficar desempregadas. Muitas vezes são elas que sustentam suas casas, que pagam o aluguel. São as chefes de família”.

De acordo com o sindicato, a origem das listas é desconhecida, mas começaram a vir à tona nos últimos anos, quando também aumentaram as denúncias por racismo, assédio moral e assédio sexual feitas à entidade. “Eu trabalho no sindicato há 40 anos. Nunca vi nada do tipo. O número cresceu algo em torno de 400% durante o governo de Jair Bolsonaro”, afirma a sindicalista.



Alemanha entra em recessão com queda no PIB por dois trimestres consecutivos



Reprodução

“É porta para o fracasso” diz diretor CEO da Nvidia adverte contra ‘guerra dos chips’ de Biden: “mercado chinês é insubstituível”

“Se formos privados do mercado chinês, não temos medidas de emergência. Não há outra China (no mundo), há apenas uma China”, disse Jensen Huang, fundador e executivo-chefe da gigante norte-americana de chips, Nvidia.

Em entrevista ao “Financial Times”, Jensen Huang, fundador e CEO da Nvidia, alertou que a guerra de chips provocada pelos Estados Unidos tem prejudicado as empresas norte-americanas de semicondutores ou pode lhes trazer um “grande dano”. A Nvidia é atualmente a empresa de semicondutores mais valiosa do mundo e considerada uma das líderes na revolução da Inteligência Artificial.

A gigante norte-americana de fabricação de chips está “com as mãos atadas nas costas” e incapaz de vender para a China, um de seus maiores mercados de chips de processo avançado, por causa da série de medidas de controle de exportação de semicondutores introduzidas pelo governo Biden contra a China, alertou o CEO da Nvidia.

Ele acrescentou que, ao mesmo tempo, empresas chinesas estão começando a desenvolver seus próprios chips para competir com a Nvidia em áreas como jogos, gráficos e inteligência artificial. “Se (a China) não puder comprar dos Estados Unidos, eles mesmos farão. Os Estados Unidos devem ter cuidado, a China é um mercado muito importante para a indústria de tecnologia.”

Huang apontou que a China ocupa cerca de um terço do mercado da indústria de tecnologia dos EUA, e seu status como fonte de componentes de semicondutores e mercados finais de produtos a torna insubstituível. A esse respeito, ele instou as autoridades norte-americanas a “considerarem cuidadosamente” ao impor novas restrições à China.

“Se formos privados do mercado chinês, não temos medidas de emergência. Não há outra China (no mundo), há apenas uma China”, sublinhou o executivo-chefe. “Podemos teoricamente construir chips fora de Taiwan, é possível [mas] o mercado da China não pode ser substituído. Isso é impossível”, disse Huang. “Portanto, você deve se perguntar para que lado deseja empurrá-la.”

Para Huang, as restrições às exportações de semicondutores para a China farão com que “fracasse totalmente” o “Chip and Science Act”, que o governo Biden pretende usar para apoiar a indústria de chips dos EUA.

“Se a indústria de tecnologia americana exigir um terço a menos de capacidade [devido à perda do mercado chinês], ninguém precisará de fábricas americanas, estaremos nadando em fábricas”, disse ele. “Se [o governo Biden] não for cuidadoso com regulamentos, prejudicará a indústria de tecnologia.”

A China, incluindo Hong Kong, foi responsável por mais de um quinto das vendas da Nvidia em seu último ano fiscal encerrado em janeiro de 2023, de acordo com seu relatório anual, enquanto Taiwan representou mais de um quarto.

Em agosto passado, a empresa com sede na Califórnia foi impedida de vender seus chips mais avançados – as séries H100 e A100 – para clientes chineses, quando os EUA impuseram controles de exportação de tecnologia usada para IA. A Nvidia foi forçada a reconfigurar alguns de seus chips para cumprir as regras dos EUA que limitam o desempenho dos produtos vendidos na China.

Com a Nvidia tendo se tornado a principal fonte de chips usados para treinar os “grandes modelos de linguagem” que alimentam chatbots, como o ChatGPT da OpenAI, as expectativas em Wall Street sobre a empresa parecem ter o céu como limite.

Seu valor de capitalização inflou para US\$ 754,2 bilhões, superando a AMD (valor de mercado de US\$ 174,4 bilhões), Intel (valor de mercado de US\$ 121 bilhões) e Micron (US\$ 72,8 bilhões), segundo o portal zerohedge. O relatório trimestral da Nvidia mostrou que sua receita no primeiro trimestre foi de US\$ 7,19 bilhões, acima das expectativas dos analistas de US\$ 6,52 bilhões, espera uma receita de US\$ 11 bilhões no segundo trimestre.

BUMERANGUE

Analistas consideram que as artimanhas de Washington para impedir que a China compre ou desenvolva chips de processo avançado se tornaram a frente mais tensa da “nova guerra fria” iniciada pelos EUA, e a resposta de Pequim começa a se tornar bastante visível.

No último final de semana, o Escritório de Revisão de Segurança Cibernética da China anunciou que a Micron, a maior fabricante norte-americana de chips de memória, não havia passado na revisão de segurança cibernética de seus produtos vendidos na China e que, portanto, operadores de infraestrutura de informação crítica na China devem parar de comprar produtos da Micron.

Uma reação previsível, após a cruzada contra a Huawei, que incluiu até mesmo a tentativa de extraditar uma diretora, filha do fundador da empresa, proibição ao uso de chips de origem norte-americana, e sucessivas ondas de contenção a alta tecnologia chinesa, que levaram 639 empresas chinesas a uma lista negra de Washington. A Casa Branca também pressionou Japão, Holanda e Coreia do Sul para coibir a venda à China de equipamentos avançados para a produção de chips.

TIRO NO PÉ

No mesmo sentido das advertências feitas por Jensen Huang, o executivo-chefe da gigante holandesa de litografia ASML, Peter Winnik, apontou em janeiro deste ano que as medidas de controle de exportação de semicondutores lideradas pelos EUA contra a China vão acabar por levar Pequim a desenvolver sua própria tecnologia.

“Quanto mais pressão colocar sobre eles, maior será a probabilidade de redobrar seus esforços.” Wennink acredita que, se as empresas chinesas de semicondutores não conseguirem obter essas máquinas, elas desenvolverão sua própria pesquisa e desenvolvimento para fabricar equipamentos de litografia que possam rivalizar com a ASML. Ele apontou na reunião anual de acionistas em abril que era “razoável” para a China buscar desenvolver seu próprio equipamento de fabricação de semicondutores diante da pressão dos EUA.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Sabotagem do Nord Stream e sanções contra Rússia afetam indústria alemã

Presidente Erdogan é reeleito com 52% no segundo turno na Turquia

O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, do Partido de Justiça e Desenvolvimento (AKP), foi reeleito neste domingo (28) à presidência do estratégico país do Oriente Médio para os próximos cinco anos. À frente da presidência desde agosto de 2014, Erdogan conquistou 52,08% dos votos (27.487.231), contra 47,93% (25.263.683) do opositorista Kemal Kilicdaroglu, do Partido Popular Republicano (CHP).

“Concluímos o segundo turno da eleição presidencial com o favor de nossa nação, a quem gostaria de expressar minha gratidão. Agradeço a todos os que foram às urnas e mostraram vontade com o seu futuro e o dos seus filhos”, afirmou Erdogan, felicitando o comparecimento em massa das 81 províncias [estados].

Defendendo a manutenção de relações com a Rússia, Erdogan tem buscado uma solução negociada para o conflito na Ucrânia, posicionando-se como potência regional, com política independente, inclusive dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Enquanto isso, na cartilha de Kilicdaroglu está uma maior aproximação com a União Europeia, e a recomposição submissa das relações com a Otan, especialmente com os Estados Unidos, entre outros temas.

Em seu discurso, o presidente reeleito parabenizou “todos os membros da nossa organização, às mulheres e jo-



Erdogan foi congratulado por diversos chefes de Estado

vens, e todos os que voluntariamente fizeram com que a eleição transcorresse sem problemas”. Reiterando a defesa “de todos os meus irmãos e irmãs que colocam nos seus corações a causa do AKP”, Erdogan fez um agradecimento aos que concorreram e possibilitaram “índices de votação especialmente altos em relação ao segundo turno, no país e no exterior.”

O presidente disse que agradece ao povo pela “responsabilidade de governar a Turquia pelos próximos cinco anos, com a escolha que fizeram” e que “espera ser digno de sua confiança como temos sido ao longo do tempo”. “Estaremos juntos até o túmulo, não até domingo, porque este amor não acaba aqui”, enfatizou.

No primeiro turno, realizado em 14 de maio, Erdogan havia vencido com 49,51% dos votos e 44,88% do candidato opositorista. Como nenhum candidato alcançou 50% +1,

a foi resolvida neste segundo turno. Ao final do 1º turno, a declaração do terceiro colocado, o nacionalista Sinan Ogan, com seus 5,15% de votos, demonstrou ser decisiva em apoio ao presidente. “Nosso eleitorado é muito ligado a nós, claro que onde precisarmos, eles virão conosco”, projetou corretamente Ogan.

Para o vice-presidente Fuat Oktay, os resultados deste domingo foram estimulantes para a continuidade do trabalho: “Nossa nação venceu, nosso estado venceu e a Turquia foi a vencedora. Que seja benéfico e auspicioso para nosso país e para a nação”.

Saudando a vitória de Erdogan, presidentes e primeiros-ministros dos mais diferentes países destacaram o seu compromisso com o processo, entre eles o da Sérvia, Catar, Líbia, Azerbaijão, Hungria, Venezuela, Somália e Palestina.

Chefe do grupo fascista Oath Keepers pega 18 anos de cadeia por invasão do Congresso

O invasor do Congresso dos EUA em janeiro de 2021 para tentar impedir a proclamação oficial da derrota de Trump nas eleições, Stewart Rhodes, chefe e fundador da organização fascista Oath Keepers [Guardiões do Juramento], foi condenado por “conspiração sediciosa” a 18 anos de prisão na quinta-feira (25) pelo juiz distrital Amit Mehta.

Considerado um dos cabeças da arruaça antidemocrática que espantou o mundo, ele havia sido culpado por um júri em novembro, que endossou a acusação dos promotores de que a invasão do Capitólio foi uma grave ameaça à democracia nos EUA.

“Uma conspiração sediciosa, quando você pega esses dois conceitos e os junta, está entre os crimes mais graves que um americano pode cometer”, afirmou o juiz. “Usar a força é uma ofensa contra o governo; e uma ofensa contra o povo de nosso país”, acrescentou.

Mais cedo, Mehta considerou as ações de Rhodes equivalentes a terrorismo doméstico. “Foi ele quem deu as ordens”, disse o juiz. “Foi ele quem organizou os grupos naquele dia. Foi por causa dele que eles estavam de fato em Washington. Os Oath Keepers não estariam lá se não fosse por Stewart Rhodes também foi consi-



Stewart Rhodes, chefe do grupo Oath Keepers

Rhodes, e não acho que ninguém pense o contrário. Foi ele quem deu a ordem para ir, e eles foram”.

“Atrevo-me a dizer, senhor Rhodes – e nunca disse isso a ninguém que tenha condenado – que o senhor representa uma ameaça e um perigo contínuos à nossa democracia e à estrutura deste país”, declarou Mehta.

O condenado, acintosamente, se declarou “um prisioneiro político”. Ao fascista, o juiz distrital disse que “o que não podemos ter de jeito nenhum é um grupo de cidadãos que, por não gostarem do resultado de uma eleição, por não acreditarem que a lei foi seguida como deveria ser, promova uma sedição”.

Rhodes também foi consi-

A produção industrial teve queda de 3,4% em março na comparação com fevereiro. O consumo das famílias caiu 1,2% na comparação trimestral e os gastos públicos caíram 4,9%, nos três primeiros meses do ano

A economia alemã entrou em recessão, após o Produto Interno Bruto (PIB) da maior economia da Europa ter registrado queda de 0,3% entre janeiro e março na comparação com os três meses anteriores. No quarto trimestre de 2022, a Alemanha já havia registrado contração de 0,5%, de acordo com os dados corrigidos por variações sazonais e divulgados pelo instituto Destatis.

Com esses resultados, a Alemanha entrou em recessão técnica, que é definida quando há queda da atividade econômica durante dois trimestres consecutivos.

Esta é a primeira vez que isso acontece no país desde o início da pandemia de coronavírus, que provocou a queda do PIB no primeiro e segundo trimestres de 2020.

Indicadores econômicos do mês de março mostram que a produção industrial, chave na economia alemã, teve queda de 3,4% na comparação com fevereiro.

Os pedidos industriais também registraram forte queda em março, com recuo de 10,7% na comparação com o mês anterior, resultado sem precedentes desde o pior momento da pandemia. As exportações, essenciais para este setor, caíram 5,2%.

Os aliados comerciais do país importaram menos produtos fabricados na Alemanha devido às “turbulências geopolíticas, a inflação elevada e a perda de poder aquisitivo”, afirmou o instituto econômico DIHK.

A indústria alemã, que durante muito tempo foi abastecida pelo gás russo, foi muito afetada no ano passado depois que Berlim apoiou as sanções de Washington contra a Rússia e impossibilitou a continuação do fornecimento do gás por parte de Moscou. A submissão do governo alemão aos ditames dos EUA acarretou forte alta do preço do gás e da energia.

Sob o pretexto de punir a Rússia por sua Operação Especial na Ucrânia, os alemães – e os demais países europeus – passaram a comprar gás muito mais caro, fornecido agora pelos EUA.

“A sabotagem ao gasoduto Nord Stream fez parte de uma guerra econômica travada pelos EUA contra a Alemanha em particular e a Europa em geral, forçando o país a substituir o uso do gás russo pelo gás norte-americano mais caro e prejudicial”, afirmou Andrej Hunko, do partido Die Linke, membro do Comitê de Política Internacional do parlamento federal alemão, o Bundestag.

EUA VENDE MAIS CARO

“A Alemanha foi privada da possibilidade de escolher qual gás é melhor, mais barato e

qual é melhor do ponto de vista ambiental”, declarou ao Jornal Global Times, no final de março passado.

Andrej Hunko lembrou que a Alemanha costumava obter gás natural mais barato da Rússia por meio dos dois gasodutos Nord Stream, mas devido à sabotagem, essa opção não está mais disponível. Por outro lado, sublinhou o político, “agora recebemos gás dos Estados Unidos, GNL, que é muito mais caro e pior do ponto de vista ambiental”.

QUEDA DO CONSUMO

E tudo isso em um cenário de desaceleração do consumo interno, devido à inflação, que permanece muito elevada para padrões alemães, acima de 7%.

“Sob o peso de uma enorme inflação, o consumidor alemão caiu de joelhos, arrastando com ele toda a economia”, assinalou Andreas Scheuerle, analista do DekaBank. O consumo das famílias caiu 1,2% na comparação trimestral, após ajustes de preços, sazonalidade e calendário. Os gastos públicos também diminuíram significativamente, 4,9%, nos três primeiros meses do ano.

“O aumento maciço nos preços da energia cobrou seu preço no semestre de inverno”, disse o economista-chefe do Commerzbank, Joerg Kraemer.

“O clima ameno de inverno, uma recuperação inicial na atividade industrial, ajudada pela reabertura do comércio com a China [pós-pandemia] e uma diminuição dos atritos na cadeia de suprimentos não foram suficientes para tirar a economia da zona de perigo de recessão”, comentou o chefe de macroeconomia global do ING, Carsten Brzeski. “O otimismo do início do ano parece ter dado lugar a um maior senso de realidade”, acrescentou.

Segundo a Reuters, a queda do poder de compra, a redução dos pedidos industriais, o aperto agressivo da política monetária e a expectativa de desaceleração da economia americana são fatores que apontam para atividade econômica fraca na Alemanha.

“A economia enfrentou uma fragilidade no inverno (hemisfério norte). Mas continuamos esperando uma melhora considerável ao longo do ano”, afirmou o ministério da Economia.

Mas nem todos são tão otimistas. O FMI previu em abril que a atividade econômica alemã registrará contração de 0,1% este ano, antes de uma recuperação de 1,1% em 2024.

“Foram necessárias algumas revisões estatísticas, mas, no final das contas, a economia alemã realmente se comportou neste inverno da forma que já tínhamos desde o verão passado”, disse o economista do banco ING Carsten Brzeski em nota aos clientes.

Trabalhadores italianos repudiam “privatizações” e gastos militares com a “guerra na Ucrânia”

Convocados pela União Sindical de Base (USB) da Itália, milhares de trabalhadores realizaram greve geral de 24 horas e tomaram as ruas para exigir “o fim das desigualdades, da precariedade e dos gastos militares em detrimento das áreas sociais”. Desde fevereiro, em apoio às populações turca, síria e curda, abaladas por terremotos, a USB tem exigido que o governo da primeira-ministra Giorgia Meloni “congele todos os enormes recursos financeiros destinados pela Itália ao teatro de guerra na Ucrânia” e invista na solidariedade.

Os manifestantes alertaram para “as pesadas responsabilidades dos trabalhadores, sem níveis de segurança adequados, com fortes penalizações salariais que agravam ainda mais as condições da atual crise econômica e do custo de vida”.

As reivindicações centraram-se na defesa do aumento real dos salários para fazer frente ao crescente custo de vida, um salário mínimo de 10 euros à hora e maior segurança no trabalho para os empregadores que burlarem a legislação.

Os transportistas ferroviários, marítimos e de táxi paralisaram o país contra as “selvagens privatizações”, enquanto “milhões sofrem com o agravamento das condições de trabalho”. Com exceção de Emilia-Romagna, que se encontrava em estado de emergência devido às chuvas, a greve unificou a categoria em todas as regiões.

Diante da inflação crescente – ocasionada pela submissão do governo às sanções contra a Rússia – os transportistas denunciaram que vêm sofrendo um brutal arrocho no seu poder aquisitivo, uma “austeridade” imposta para os de casa, que obriga o conjunto das categorias a levantar a voz e dizer não.

“O panorama social é muito preocupante”, face “às condições de segurança do trabalho cada vez mais deterioradas”, assinalaram os manifestantes, apontando que “os direitos sociais consagrados na nossa Carta Constitucional foram dilacerados, como o direito à saúde, o direito à habitação e o direito à educação pública”.

Para o dia 24 de junho, a USB anunciou uma grande manifestação nacional em Roma contra o governo Meloni, do partido direitista Fratelli d'Italia, e sua política belicista e de arrocho.

Jeffrey Sachs revela como os EUA provocaram a guerra na Ucrânia



Indústria chinesa acelera produção e exportação de veículos (Divulgação)

China lidera exportação mundial de automóveis

As exportações de carros da China cresceram quase 60% no primeiro trimestre de 2023, levando o país a superar o Japão como o maior exportador de automóveis do mundo, informou a agência de notícias Nikkei esta semana, citando dados da Associação Chinesa de Fabricantes de Automóveis.

De janeiro a março, as exportações de automóveis da China aumentaram em 58%, em relação ao ano anterior, atingindo quase 1,1 milhão de unidades, de acordo com os dados mais recentes da Administração Geral de Alfândega. Nesse período, o Japão exportou 954.000 veículos, segundo a Associação de Fabricantes de Automóveis do Japão.

Prevê-se que a vantagem continue, uma vez que as exportações de automóveis da China podem aumentar quase 30% para atingir quatro milhões de veículos neste ano, o que é mais do que a estimativa anual para o Japão, disse a Associação Chinesa de Passageiros.

A tendência vem se tornando visível há algum tempo, já que a China exportou 3,1 milhões de veículos no ano passado, ultrapassando a Alemanha para se tornar o segundo maior exportador de automóveis do mundo, atrás apenas do Japão.

Os fabricantes de automóveis chineses estão buscando um novo crescimento no exterior, uma vez que as exportações representaram quase 12% das vendas totais de automóveis da China no ano passado, e a porcentagem subiu para quase 18% no primeiro trimestre.

VEÍCULOS A ENERGIA ALTERNATIVA

Em 2022, as vendas de veículos movidos a energias alternativas, que incluem híbridos ou carros alimentados exclusivamente a eletricidade, quase duplicaram (+93,4%) no país, para 380.000 unidades no primeiro trimestre e representaram cerca de 40% das exportações totais de automóveis da China, segundo dados oficiais.

As exportações da China para a Rússia mais do que triplicaram no período do relatório em relação ao ano anterior, para 140.000 unidades, tornando a Rússia o principal destino de exportação de veículos chineses. Após o início da operação militar da Rússia na Ucrânia, várias montadoras globais deixaram o país devido a sanções de iniciativa da Casa Branca, que prejudicaram as cadeias de suprimentos e tornaram problemáticas as transações financeiras com a Rússia. As montadoras chinesas não entraram nessa onda das sanções e expandiram sua presença no mercado russo.

As exportações chinesas de automóveis continuarão a crescer no segundo trimestre. Em abril passado, as exportações de veículos da China saltaram para 425.000 unidades, quase três vezes mais em relação ao ano anterior, de acordo com dados da Associação Chinesa de Fabricantes de Automóveis. A SAIC Motor exportou 82.000 unidades, quase três vezes mais. As exportações da BYD dispararam com um aumento quase 17 vezes maior, para 15.000 unidades.

EUA: tiroteio em motociclista deixa 3 mortos e 5 feridos

Pelo menos três pessoas morreram e cinco ficaram feridas em um tiroteio registrado durante um encontro de motociclistas em Red River, pequena cidade do estado do Novo México nos Estados Unidos, segundo dados fornecidos pela Polícia estadual, no sábado (27).

Os disparos – que já viraram eventos corriqueiros no país – aconteceram quando 20 mil motociclistas participavam do evento anual do Dia da Memória – uma homenagem para lembrar os norte-americanos mortos em guerras que se comemora, normalmente, na última segunda-feira de maio.

Linda Calhoun, prefeita de Red River, em entrevista com o jornal local *Questa Del Rio News*, confirmou o número de mortos e feridos, indicando que vários suspeitos foram presos. Os hospitais do Novo México onde estão internados os feridos foram equipados com reforço de segu-

rança, sem especificar os motivos.

O Red River Memorial Motorcycle Rally anual, realizado durante o longo fim de semana do Memorial Day (última segunda-feira de maio) por 41 anos, atrai milhares de motociclistas para a cidade montanhosa.

1,6 TIROTEIO POR DIA

Até agora, neste ano, nos Estados Unidos houve 201 tiroteios em massa – assim definidos os incidentes em que quatro ou mais pessoas foram baleadas ou mortas – dados do Gun Violence Archive – plataforma sem fins lucrativos de distribuição de mídia social que cataloga todos os incidentes de violência armada nos Estados Unidos, fundada pelos ativistas Michael Klein e Mark Bryant. Os dados incluem ataques a tiros que acontecem em residências e em locais públicos. Isso significa uma média de 1,6 ataque a tiros por dia em 2023.



Jeffrey Sachs foi conselheiro de três secretários-gerais das Nações Unidas

Big Tech é multada em 1,2 bilhão de euros por traficar para EUA dados de usuários europeus

A gigante tecnológica norte-americana Meta foi multada pela Autoridade Irlandesa de Proteção de Dados (IE DPA) em 1,2 bilhão (quase US\$ 1,3 bilhão) por violar as regras de proteção da União Europeia, repassando para os EUA os dados dos usuários europeus.

A punição foi anunciada pelo Conselho Europeu de Proteção de Dados (EDPB) da União Europeia, na segunda-feira (22). “A EDPB concluiu que a violação da Meta é muito grave, pois diz respeito a transferências sistemáticas, repetitivas e contínuas. O Facebook tem milhões de usuários na Europa, então o volume de dados pessoais transferidos é enorme. A multa sem precedentes é um forte sinal para as organizações de que infrações graves têm consequências de longo alcance”, disse Andrea Jelinek, presidente do órgão regulador.

A decisão não se aplica ao Instagram e ao WhatsApp. Segundo o EDPB, essa é a maior penalidade da União Europeia envolvendo as regras de proteção de dados. A Autoridade Irlandesa de Proteção de Dados também determinou à Meta que suspenda imediatamente o compartilhamento de dados dos usuários. Ao *Wall Street Journal*, a Big Tech se disse “injustificada” e irá recorrer.

Não é a primeira vez que a Big Tech norte-americana é multada por infringir os direitos dos usuários. Nos EUA, já foi multada

em US\$ 5 bilhões em 2019, após a evasão de dados de 50 milhões de usuários no escândalo da Cambridge Analytica e outras violações.

No mês passado, o órgão regulador norte-americano, a Comissão Federal de Comércio dos EUA (FTC, na sigla em inglês) abriu um procedimento legal para forçar a Meta a eliminar a exploração de dados infantis para fins lucrativos, com o fim da monetização dos dados de menores de 18 anos. Medida tomada por considerar que acordo anterior sobre proteção a crianças e adolescentes, especialmente no aplicativo Messenger Kids, não vinha sendo cumprido.

Em comunicado, o órgão disse a gigante da tecnologia “não cumpriu totalmente a ordem [de proteção da privacidade], enganou os pais sobre sua capacidade de controlar com quem seus filhos se comunicaram por meio de seu aplicativo Messenger Kids e deturpou o acesso que forneceu a alguns desenvolvedores de aplicativos aos dados privados do usuário.”

Em outro episódio, em fevereiro de 2022, a Meta concordou em pagar US\$ 90 milhões – uma módica quantia – para encerrar um processo de privacidade que acusa a rede so-

cial de rastrear a atividade dos usuários na internet, mesmo quando estão desconectados. A época, os usuários acusaram a rede social de violar leis federais e estaduais americanas de privacidade e escutas telefônicas, ao usar plugins para armazenar cookies que rastream visitas a sites externos contendo botões de “curtir” do Facebook.

Agora, no perrengue pelo qual está passando na Europa, em comunicado a corporação alegou que “sem a capacidade de transferir dados entre fronteiras, a internet corre o risco de ser dividida em silos nacionais e regionais, restringindo a economia global e deixando os cidadãos de diferentes países incapazes de acessar muitos dos serviços compartilhados que confiamos”.

Apesar da contrariedade expressa pela Big Tech, o regulador europeu de forma benevolente concedeu cinco meses para que implemente medidas para interromper todas as futuras transferências de dados pessoais para os Estados Unidos. Já quanto a impedir “o processamento ilegal, incluindo armazenamento, nos EUA de dados pessoais da UE/Usuários da EEA transferidos em violação do GDPR”, serão seis meses de bonificação.



Desde fevereiro o Ministério da Saúde em Madri não negocia com a categoria

Profissionais de Saúde e Educação de Madri fazem greve por salário e condições de trabalho

Erguendo faixas e cartazes contra o abandono a que foram submetidos pela administração da capital espanhola, os profissionais da saúde e da educação de Madri se somaram, na sexta-feira (26), e paralisaram novamente as atividades em defesa do reajuste salarial, da diminuição da jornada e de melhorias nas condições de trabalho.

Durante a terceira jornada da greve geral – as duas anteriores ocorreram em 19 de abril e 8 de maio – as entidades condenaram a lógica do desmonte administrativo. Em nome dos 54 mil professores das escolas públicas de Madri, a sindicalista Isabel Galvín denunciou que os cortes aplicados “lá atrás”, em 2011, no auge da crise econômica, ainda não foram revertidos, permanecendo um quadro insustentável de asfixia e descom-

promisso com o setor.

A necessidade de uma injeção de recursos para a defesa dos “pilares do Estado de bem-estar social” ganhou a solidariedade da Federação de Pais e Mães de Alunos da Comunidade de Madri (FAPA) Francisco Giner de los Rios, que agrupa mil associações. No caso dos professores, a reivindicação é que a jornada seja reduzida das 25 horas em classe para as turmas infantis e de primária, e 20 horas em secundária, para 23 e 18 horas respectivamente. A medida é considerada fundamental por especialistas e educadores como essencial para um melhor atendimento.

Manifestantes também alertaram que, desde fevereiro, a Secretaria de Saúde

da Comunidade de Madri não senta para negociar com a categoria, composta por 78 mil profissionais, nem mesmo sobre a jornada de trabalho que tomou abruptamente de assalto. “A Secretaria de Saúde de Madri é a única que não devolveu as 35 horas semanais aos seus trabalhadores, assim como é a Comunidade Autónoma que tem os salários mais baixos de todo o país”, condenou Mariano Martín, representante da Confederação Sindical das Comissões Operárias (CCOO).

A CCOO, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Coalizão Sindical Independente de Trabalhadores – União Profissional (CSIT) são as três principais entidades espanholas que coordenam o movimento.

“Foram duas provocações: a decisão dos EUA de 2008 de expandir a OTAN na Ucrânia e o golpe violento de 2014 que derrubou o presidente Yanukovich, coordenado pela equipe Biden-Nuland-Sullivan”, afirma o economista dos EUA

George Orwell escreveu em 1984 que “quem controla o passado controla o futuro: quem controla o presente controla o passado”. Os governos trabalham incansavelmente para distorcer as percepções públicas do passado. Em relação à Guerra da Ucrânia, o governo Biden afirmou repetida e falsamente que a Guerra da Ucrânia começou com um ataque não provocado da Rússia à Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022.

Na verdade, a guerra foi provocada pelos EUA de maneiras que os principais diplomatas dos EUA previram por décadas antes da guerra, o que significa que a guerra poderia ter sido evitada e agora deveria ser interrompida por meio de negociações.

Reconhecer que a guerra foi provocada nos ajuda a entender como pará-la. Não justifica a invasão da Rússia. Uma abordagem muito melhor para a Rússia poderia ter sido intensificar a diplomacia com a Europa e com o mundo não-ocidental para explicar e se opor ao militarismo e unilateralismo dos EUA.

Na verdade, o esforço implacável dos EUA para expandir a OTAN é amplamente contestado em todo o mundo, então a diplomacia russa, em vez da guerra, provavelmente teria sido eficaz.

DUAS PROVOCAÇÕES

A equipe de Biden usa a palavra “não provocado” incessantemente, mais recentemente no principal discurso de Biden no aniversário do primeiro ano da guerra, em uma recente declaração da OTAN e na mais recente declaração do G7.

A grande mídia favorável a Biden simplesmente papagueia a Casa Branca. O *New York Times* é o principal culpado, descrevendo a invasão como “não provocada” nada menos que 26 vezes, em cinco editoriais, 14 colunas de opinião de escritores do NYT e sete artigos de opinião convidados.

Na verdade, houve duas principais provocações dos Estados Unidos.

A primeira foi a intenção dos EUA de expandir a OTAN para a Ucrânia e a Geórgia, a fim de cercar a Rússia na região do Mar Negro pelos países da OTAN (Ucrânia, Romênia, Bulgária, Turquia e Geórgia, no sentido anti-horário).

O segundo foi o papel dos EUA na instalação de um regime russofóbico na Ucrânia pela violenta derrubada do presidente pró-russo da Ucrânia, Viktor Yanukovich, em fevereiro de 2014. A guerra de tiros na Ucrânia começou com a derrubada de Yanukovich há nove anos, não em fevereiro de 2022 como o governo dos EUA, a OTAN e os líderes do G7 querem que acreditemos.

Biden e sua equipe de política externa se recusam a discutir essas raízes da guerra. Reconhecê-los prejudicaria o governo de três maneiras.

Primeiro, exporia como a guerra poderia ter sido evitada, ou interrompida mais cedo, poupando a Ucrânia de sua atual devastação e os EUA de mais de US\$ 100 bilhões em gastos até o momento.

Em segundo lugar, exporia o papel pessoal de Biden na guerra como participante da derrubada de Yanukovich e, antes disso, como um firme apoiador do complexo militar-industrial e um dos primeiros defensores da ampliação da OTAN.

Em terceiro lugar, levaria Biden à mesa de negociações, minando a pressão contínua do governo pela expansão da OTAN.

VERIFIQUE OS ARQUIVOS

Os arquivos mostram irrefutavelmente que os governos dos EUA e da Alemanha prometeram repetidamente ao presidente soviético Mikhail Gorbachev que a OTAN não se moveria “nem um centímetro para o

leste” quando a União Soviética dissolvesse a aliança militar do Pacto de Varsóvia.

No entanto, o planejamento dos EUA para a expansão da OTAN começou no início da década de 1990, bem antes de Vladimir Putin ser o presidente da Rússia. Em 1997, o especialista em segurança nacional Zbigniew Brzezinski definiu o cronograma de expansão da OTAN com precisão notável.

Os diplomatas dos EUA e os próprios líderes da Ucrânia sabiam muito bem que a ampliação da OTAN poderia levar à guerra.

O estudioso e estadista dos EUA, George Kennan, chamou a ampliação da OTAN de um “erro fatal”, escrevendo no *The New York Times* que “Tal decisão pode inflamar as tendências nacionalistas, antiocidentais e militaristas na opinião russa; ter um efeito adverso no desenvolvimento da democracia russa; restaurar a atmosfera da Guerra Fria nas relações Leste-Oeste e impulsionar a política externa russa em direções decididamente não do nosso agrado”.

O secretário de Defesa do presidente Bill Clinton, William Perry, considerou renunciar em protesto contra a ampliação da OTAN. Ao lembrar esse momento crucial em meados da década de 1990, Perry disse o seguinte em 2016:

“Nossa primeira ação que realmente nos colocou em uma direção ruim foi quando a OTAN começou a se expandir, trazendo nações do leste europeu, algumas delas fazendo fronteira com a Rússia. Naquela época, trabalhávamos de perto com a Rússia e eles estavam começando a se acostumar com a ideia de que a OTAN poderia ser um amigo em vez de um inimigo ... para nós não irmos adiante com isso.”

Em 1998, William Burns, então embaixador dos Estados Unidos na Rússia e agora diretor da CIA, enviou um telegrama a Washington alertando longamente sobre os graves riscos do alargamento da OTAN:

“As aspirações da Ucrânia e da Geórgia à OTAN não apenas tocam um ponto sensível na Rússia, como também geram sérias preocupações sobre as consequências para a estabilidade na região. A Rússia não apenas percebe o cerco e os esforços para minar a influência da Rússia na região, mas também teme consequências imprevisíveis e descontroladas que afetariam seriamente os interesses de segurança russos. Especialistas nos dizem que a Rússia está particularmente preocupada que as fortes divisões na Ucrânia sobre a adesão à OTAN, com grande parte da comunidade de etnia russa contra a adesão, possam levar a uma grande divisão, envolvendo violência ou, na pior das hipóteses, guerra civil. Nessa eventualidade, a Rússia teria que decidir se iria intervir; uma decisão que a Rússia não quer ter que enfrentar”.

Os líderes da Ucrânia sabiam claramente que pressionar pela ampliação da OTAN para a Ucrânia significaria guerra. O ex-conselheiro de Zelensky, Oleksiy Arestyovych, declarou em uma entrevista em 2019 “que nosso preço para ingressar na OTAN é uma grande guerra com a Rússia”.

Durante 2010-2013, Yanukovich pressionou pela neutralidade, de acordo com a opinião pública ucraniana. Os EUA trabalharam secretamente para derrubar Yanukovich, conforme capturado vividamente na fita da então Secretária de Estado Assistente dos EUA, Victoria Nuland, e do Embaixador dos EUA, Geoffrey Pyatt, planejando o governo pós-Yanukovich semanas antes da derrubada violenta de Yanukovich.

Leia mais no site do HP

José de Alencar e suas contradições

Alencar nascera em 1829, isto é, sete anos após a Independência. Pertencia à classe dos senhores de escravos, mas também era neto de Bárbara de Alencar, revolucionária de 1817, e filho do padre José Martiniano de Alencar, revolucionário da Independência, de quem herdou o nome. As suas contradições eram a expressão das contradições da sua própria classe – tensionada entre construir uma nação e impedir que essa nação se desenvolvesse, para manter a escravidão

CARLOS LOPES

José de Alencar é o fundador do romance brasileiro – e, com o poeta Gonçalves Dias, um dos fundadores da literatura brasileira.

É possível ver em Manuel Antonio de Almeida e seu Memórias de um Sargento de Milícias (1852-1853) um precursor, mas isto não tira Alencar do seu lugar, reconhecido pela maior autoridade literária da época, Machado de Assis.

Entretanto, há poucos dias, li um texto em que Alencar era considerado um escritor racista – tanto em relação aos negros quanto em relação aos índios, perdão, indígenas – e, especialmente, por Iracema (1865), que Antonio Candido considerou o seu melhor livro (é interessante o julgamento geral deste crítico sobre o conjunto da obra romanesca de Alencar: “Desses vinte e um romances, nenhum é péssimo, todos merecem leitura e, na maioria, permanecem vivos, apesar da mudança dos padrões de gosto a partir do Naturalismo. Dentre eles, três podem ser relidos à vontade e o seu valor tenderá certamente a crescer para o leitor; à medida que a crítica souber assinalar a sua força criadora: Lucíola, Iracema e Senhora. Há outros que constituem uma boa segunda linha, como O Guarani. Mais do que isto é difícil dizer, porque a variedade da obra de Alencar é de natureza a dificultar a comparação dos livros uns com os outros.” – v. Antonio Candido, Formação da Literatura Brasileira, 2º volume, Itatiaia, 6ª ed., 1981, p. 222).

Caracteristicamente, o ataque a Alencar conjugava-se com um ataque ao Brasil, mais especificamente, à formação e trajetória do nosso país. Mas isso não é surpreendente: o que é um país sem literatura própria? Nada, até porque inexistia algum país sem literatura. Portanto, o ataque a um fundador da literatura nacional teria que ser, consciente ou inconscientemente, um ataque à nação.

Existe o fato de que Alencar, como político – parlamentar, ministro do Império e membro do Partido Conservador – era um defensor do escravismo. Foi, inclusive, um dos principais adversários da Lei do Ventre Livre, contra o chefe do seu próprio partido, o visconde do Rio Branco.

Mas isso não deveria fazer com que supostos antirracistas atuais quisessem “cancelar” (desculpem-nos o termo) o velho Alencar. O que eram os célebres “pais fundadores” dos EUA, senão a nata dos senhores de escravos daquele país? Por algum acaso algum combatente sério contra o racismo – por exemplo, Martin Luther King-Jr. – propôs “cancelá-los” e acabar com sua obra, ou seja, com os EUA enquanto país independente?

Nelson Werneck Sodré já abordou as relações – e as limitações – de Alencar quanto à nacionalidade no brilhante ensaio “José de Alencar (a ficção numa sociedade escravocrata)”, incluído em seu livro “A Ideologia do Colonialismo” (ISEB, Rio, 1961, pgs. 37 a 57).

O mesmo autor, em sua “História da Literatura Brasileira” observa como a figura do índio corresponde à figura cultural da nacionalidade – antes de corresponder a uma realidade, algo reconhecido pelo próprio Alencar em “Como e Porque

sou Romancista” – e como era impossível, em uma sociedade escravagista, que essa figura cultural da nacionalidade fosse representada pelo negro, africano ou descendente de africanos.

Sob esse aspecto, nos parece que Werneck até mesmo subestima um pouco os romances urbanos ou não-indianistas de Alencar:

“Cronista, teatrólogo, orador e político, José de Alencar ficou realmente na história literária como o romancista por excelência de uma época. Nem mesmo suas incursões no campo do romance urbano, de costumes, com os seus perfis de mulher; deslocaram a preferência dos leitores daqueles livros em que, no campo de sua predileção, trabalhou com os materiais característicos, o índio e a paisagem. Sua observação, denunciada na agudeza das crônicas, apanharia muitos dos traços da sociedade brasileira do tempo, situando-os nas figuras femininas e nas que as rodeiam. A mestria, entretanto, estava naquilo que, em sua obra, continua a atrair as atenções, e isso é que assegura a permanente fascinação que os seus livros exercem, constituindo uma iniciação literária que se repete através do tempo.

Nem pode ser desmerecido o seu esforço, apesar dos reduzidos resultados, em introduzir na criação literária uma linguagem mais próxima dos brasileiros do que aquela utilizada pelos que imitavam os mestres lusos. Fundador do romance nacional, José de Alencar pretendeu compor um quadro do país que abarcasse toda a sua variedade. (...) Discutida, analisada, negada no todo ou em parte, a obra de José de Alencar não só está incorporada ao patrimônio literário brasileiro, com um lugar de indiscutível destaque mas persiste na curiosidade popular; onde encontra ressonância, o que não deixa de ser um expressivo traço de sua força” (Nelson Werneck Sodré, História da Literatura Brasileira, Difel, 7ª ed., 1982, p. 282).

Mas está correto o caráter de unidade nacional pretendido por Alencar em sua obra. O primeiro a apontá-lo foi, precisamente, Machado de Assis.

Aliás, nesse pioneirismo, o primeiro mesmo, antes até de Machado, foi o próprio Alencar; em sua introdução a “Sonhos D’Ouro” (1872). Um trecho:

“Eis uma grande questão, que por aí anda mui intrincada, e de todo ponto desnordeada, apesar de tão simples e fácil que é. Lá uns gênios em Portugal, compadecendo-se de nossa penúria, tomaram a si decidir o pleito, e decretaram que não temos, nem podemos ter literatura brasileira.

“A grande inteligência de Alexandre Herculano nos profetizara uma nacionalidade original, transfusão de duas naturezas, a lusa e a americana, o sangue e a luz. Mas os ditadores não o consentem; que se há de fazer. Resignemo-nos. Este grande império, a quem a Providência rasga infinhos horizontes, é uma nação oca; não tem poesia nativa, nem perfume seu; há de contentar-se com a manjerona, apesar de ali estarem rescendendo na balsa a baunilha, o cacto, e o sassafrás.

“Os oráculos de cá, esses querem que tenhamos uma literatura nossa; mas é aquela que existia em Portugal antes da descoberta do Brasil. Nosso português deve ser ainda mais



cerrado, do que usam atualmente nossos irmãos de além-mar; e sobretudo cumpre ericá-lo de hh, e çç, para dar-lhe o aspecto de uma mata virgem.

(...)
“Aos que tomam a sério estas futilidades do patriotismo, e professam a nacionalidade como uma religião; a esses há de murmurar baixinho ao ouvido, que te não escutem praguejos estas reflexões:

“A literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização?”

“O período orgânico desta literatura conta já três fases.

“A primitiva, que se pode chamar aborígene, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalam a infância do povo, e ele escutava, como o filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou.

“Iracema pertence à essa literatura primitiva, cheia de santidade e enlevo, para aqueles que veneram na terra da pátria a mãe fecunda — alma mater, e não enxergam nela apenas o chão onde pisam.

“O segundo período é histórico; representa o consórcio do povo invasor com a terra americana, que dele recebia a cultura, e lhe retribuía nos efúvios de sua natureza virgem e nas reverberações de uma natureza esplêndida.

“Ao concheio desta pujante criação, a têmpera se apura, toma alas a fantasia, a linguagem se impregna de módulos mais suaves; formam-se outros costumes, e uma existência nova, pautada por diverso clima, vai surgindo.

“É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência.

“A ele pertencem o Guarani e as Minas de Prata. Há aí muita

e boa messe a colher para o nosso romance histórico; mas não exótico e raquítico como se propôs a ensiná-lo aos beócios, um escritor português.

“A terceira fase, a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou; espera escritores que lhe deem os últimos traços, e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço.

(...)

“Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro. Há, não somente no país, como nas grandes cidades, até mesmo na corte, desses recantos, que guardam intacto, ou quase, o passado.

“O Tronco do Ipê, o Til e o Gaúcho, vieram dali; embora, no primeiro sobretudo, se note já, devido à proximidade da corte, e à data mais recente, a influência da nova cidade, que de dia em dia se modifica, e se repassa do espírito forasteiro” (cf. José de Alencar, Sonhos D’Ouro, Garnier, 1872, publicado sob o pseudônimo de Senio, ortografia atualizada por nós).

A própria distribuição geográfica dos romances de Alencar, que vão do Ceará ao Rio Grande do Sul, mostram essa tentativa de fazer da literatura a “alma da pátria”.

José de Alencar é o primeiro escritor – o primeiro romancista – brasileiro com os dois pés fincados no Brasil. Não se pode dizer isso de Macedo (nem do seu melhor romance, “As Mulheres de Mantilha”) ou de Manuel Antonio de Almeida, cujo único romance é passado na época de D. João VI.

Mas, é verdade, ele era um escravista, que defendeu a manutenção da escravidão no parlamento. Estranhamente, foi autor de uma peça teatral abolicionista, Mãe, era amigo de abolicionistas como Joaquim Serra e republicanos como Sal-

vador de Mendonça, e seu personagem principal de O Tronco do Ipê, Mário, é um adversário do tráfico negreiro.

Mais ainda, teve como melhor amigo um homem que não era branco – Machado de Assis – e foi o responsável pelo lançamento do jovem poeta Castro Alves, depois de ouvir com prazer os seus poemas contra a escravidão.

Porém, não foi ele que procurou Castro Alves, mas este que foi a sua casa: o poeta dos escravos não achava que José de Alencar fosse infenso ao abolicionismo. Tanto assim que foi procurá-lo, pedindo que o promovesse – no que foi bem sucedido: Alencar enviou-o ao grande crítico da época, Machado de Assis, que publicou uma carta pública, elogiando o poeta. Destinatário da carta: José de Alencar.

Então, a questão reside nessas contradições de Alencar. Qual o significado delas?

A Independência se fez com base na classe dos grandes proprietários territoriais – ou seja, dos senhores de escravos. Não havia outra classe – isto é, uma burguesia – em que pudesse se basear. O próprio José Bonifácio, em sua “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravidão”, reconhece que era impossível, naquele momento, abolir a escravidão. Vejamos como Bonifácio formula a questão:

“O mal está feito, senhores, mas não o aumentemos cada vez mais; ainda é tempo de emendar a mão. (...) já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos atuais escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer a sua gradual emancipação, e antes que consigamos ver o nosso país livre de todo deste cancro, o que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos, favoreçamos, e aumentemos, todos os seus gozos domésticos e civis” (grifos nossos).

Alencar nascera em 1829, isto é, sete anos após a Independência. Pertencia à classe dos senhores de escravos, mas também era neto de Bárbara de Alencar, revolucionária de



1817, e filho do padre José Martiniano de Alencar, revolucionário da Independência, de quem herdou o nome.

As suas contradições eram a expressão das contradições da sua própria classe – tensionada entre construir uma nação e impedir que essa nação se desenvolvesse, para manter a escravidão.

Nesse sentido, os conflitos de Alencar com a monarquia são expressivos dessas contradições, pois a monarquia, como afirmaram José do Patrocínio e Luiz Gama, era, exatamente, a superestrutura da escravidão (sobre os conflitos de Alencar com a monarquia, v. Lira Neto, “O Inimigo do Rei: Uma biografia de José de Alencar”, Globo, 2006).

Desenvolver a nação significava desenvolver as relações capitalistas no país. As relações escravagistas, a partir de 1850 (isto é, a partir do fim verdadeiro do tráfico africano), tornaram-se o principal entrave ao desenvolvimento do Brasil, na medida em que bloqueavam as relações capitalistas – o caso de Mauá, com sua falência, é mais que ilustrativo dessa situação.

Mas nesse momento, começou a desagregação da classe de proprietários territoriais.

Alfredo Bosi, em “História Concisa da Literatura Brasileira”, nota a aversão de Alencar ao dinheiro, que, progressivamente, toma conta do Segundo Império, à medida que as relações capitalistas vão se desenvolvendo:

“É sempre com menoscabo ou surda irritação que olha o presente, o progresso, a ‘vida em sociedade’; e quando se detém no juízo da civilização, é para deplorar a pouquidão das relações corteses, sujeitas ao Moloc do dinheiro. Daí o mordente das suas melhores páginas dedicadas aos costumes burgueses em Senhora e Lucíola.

(...)
“A idolatria do dinheiro, que aviltaria a nova sociedade do Segundo Império, o Conselheiro José Martiniano de Alencar opusera o seu desprezo impotente (V. o Prefácio ao Gaúcho). Mas o romancista dispunha do refúgio de outros mundos onde a imaginação não sofria limites e onde se liberava ao talhar heróis soberbos e infantis que em refrangido espelho tão bem o projetavam” (cf. Alfredo Bosi, História Concisa da Literatura Brasileira, Cultrix, 2ª ed., 1994, pp. 137-138).

Bosi aventa como perspectiva, para Alencar, a volta ao mundo natural e selvagem. Porém, como isso era já completamente impossível em sua época, ele estava diante de um impasse: a própria construção da nação com que quis contribuir através da literatura, levava a outro estágio dessa construção, que negava o país escravista e monárquico de que fazia parte. Ele mesmo se chocou com a monarquia, sem compreender que estava se chocando com o escravismo que, explicitamente, politicamente, defendia.

Alencar, portanto, corresponde a um momento da cultura nacional – um momento da constituição da nacionalidade. Sua importância está em, naquele momento, conceber a literatura brasileira como separada, como independente de outras literaturas, em especial da literatura portuguesa.

Era necessária uma especial independência ideológica para assim conceber, naquela época, a literatura brasileira. Daí a atração que exerceu nos meios literários e a sua grande popularidade. Por isso, pode-se dizer que ele abriu o caminho para Machado e outros escritores posteriores.

Continua no site